



ÍNDICE DE
SUSTENTABILIDADE MUNICIPAL
2018

LAGOS



Julho de 2018

© Universidade Católica Portuguesa

O conteúdo deste relatório não reflete necessariamente a visão da Universidade Católica Portuguesa. O relatório é da autoria de um conjunto de investigadores do CESOP, Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa. Os principais autores deste relatório são Joana de Abreu, João H. C. António, Jorge Cerol e José Fidalgo.

O relatório deverá ser citado como: Abreu, J., António, J.H.C., Cerol, J., & Fidalgo J. (2018). *Índice de Sustentabilidade Municipal 2018*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Agradecimentos

Esta primeira versão do Índice de Sustentabilidade Municipal só foi possível graças a várias entidades, às quais muito agradecemos. Referimo-nos em primeiro lugar, ao Instituto Nacional de Estatística, que, cumprindo a sua missão, divulga no seu site a maior parte destes indicadores ou dos dados base que permitem o seu cálculo. Mas também a muitas outras entidades que produzem e divulgam estatísticas e que, por sua iniciativa ou a nosso pedido, partilharam informação estatística essencial à construção deste Índice. São elas, a Agência Portuguesa do Ambiente, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, a Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, a Direção-Geral da Política de Justiça, o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, o Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências e o Registo Nacional de Turismo.

Um reconhecido agradecimento ao nosso diretor, Professor André Azevedo Alves, e às nossas colegas Joana Borges, Marta Neves e Tânia Correia pelo seu apoio e incentivo, e à Universidade Católica Portuguesa, na pessoa da sua Reitora, Professora Isabel Capelo Gil, por sempre ter acreditado neste projeto e por o ter acarinhado desde a primeira hora.

Por último, um agradecimento especial a todas as pessoas dos municípios da rede CESOP-Local. De eleitos e de técnicos temos recebido apoio, entusiasmo e participação que muito têm contribuído para a melhoria constante do projeto *Territórios Sustentáveis* e, em particular, deste ISM. Até à data desta publicação, fazem parte da rede CESOP-Local os municípios de Abrantes, Águeda, Alenquer, Barreiro, Braga, Cascais, Chamusca, Chaves, Fundão, Horta, Lagos, Loures, Mação, Matosinhos, Palmela, Santarém, Santo Tirso, Sintra, Torres Novas, Torres Vedras, Valongo e Vila Franca de Xira.

Índice

Siglas.....	6
Introdução.....	7
Resultados Gerais.....	19
ODS 1 – ERRADICAR A POBREZA.....	23
ODS 2 – ERRADICAR A FOME.....	27
ODS 3 – SAÚDE DE QUALIDADE.....	29
ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.....	35
ODS 5 – IGUALDADE DE GÉNERO.....	39
ODS 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO.....	43
ODS 7 – ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS	47
ODS 8 – TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO.....	49
ODS 9 – INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA.....	55
ODS 10 – REDUZIR AS DESIGUALDADES.....	57
ODS 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS.....	59
ODS 12 – PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS.....	63
ODS 13 – AÇÃO CLIMÁTICA.....	67
ODS 14 – PROTEGER A VIDA MARINHA.....	69
ODS 15 – PROTEGER A VIDA TERRESTRE.....	73
ODS 16 – PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	77
ODS 17 – PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS.....	81
ANEXOS.....	85

Siglas

ABAE	Associação Bandeira Azul da Europa
ACM	Alto Comissariado para as Migrações
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CLAIM	Centro Local de Apoio à Integração do Migrante
CO ₂	Dióxido de carbono
CESOP	Centro de Estudos e Sondagens de Opinião
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
DGT	Direção-Geral do Território
GEP/MTSSS	Gabinete de Estratégia e Planeamento
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSA	Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge
IPSSs	Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISM	Índice de Sustentabilidade Municipal
ITM	Índice de Transparência Municipal
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivo(s) de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PERSU 2020	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos
PIB	Produto Interno Bruto
PMII	Planos Municipais para Integração de Imigrantes
RMAD	Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade
RNT	Registo Nacional de Turismo
RSI	Rendimento Social de Inserção
RUB	Resíduos Urbanos Biodegradáveis
SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SNIRH	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
UNAIDS	Programa da ONU para lutar contra o VIH
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana
VMR	Valor Máximo Recomendado
WWF	World Wide Fund for Nature / Fundo Mundial para a Natureza

Introdução



“Uma lista de coisas a fazer...”

Agenda 2030

No dia 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Esta Agenda consiste em 17 *objetivos para transformar o nosso mundo*. Nas palavras de Ban Ki-moon, à data secretário-geral da ONU, estes objetivos “são uma lista de coisas a fazer em nome dos povos e do planeta e um plano para o sucesso”.



Developed in collaboration with: TEBALDI&C COMPANY / TheRedactionHub.com (+39)02811018
For guidelines, logos, symbols, graphics go to: www.un.org/sustainabledevelopment/ | For official documents visit: www.un.org/News/Press/docs/2016/

“Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Ao embarcarmos nesta jornada coletiva, comprometemo-nos que ninguém seja deixado para trás.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que estamos anunciando hoje demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os

direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Os Objetivos e metas estimularão a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta:

Pessoas. Estamos determinados a acabar com a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.

Planeta. Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.

Prosperidade. Estamos determinados a assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

Paz. Estamos determinados a promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estão livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.

Parceria. Estamos determinados a mobilizar os meios necessários para implementar esta Agenda por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade global reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

Os vínculos e a natureza integrada dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são de importância crucial para assegurar que o propósito da nova Agenda seja realizado. Se realizarmos as nossas ambições em toda a extensão da Agenda, a vida de todos será profundamente melhorada e nosso mundo será transformado para melhor.”

Fonte: Nações Unidas, *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*
(versão português do Brasil)

Concretização e Localização da Agenda 2030




A Agenda 2030 estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), concretizados em 169 metas. A 6 de julho de 2017, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou um conjunto de 252 indicadores¹ que procuram refletir e ser boas medidas destas metas (Resolução 71/313). Estes indicadores foram pensados na sua maioria para uma avaliação global de cada Estado. No entanto, como muito bem reflete a Resolução 70/1, aprovada pela Assembleia Geral em 25 de setembro de 2015, “ninguém ficará para trás” (p.3). “Reconhecemos que a dignidade da pessoa humana é fundamental, pelo que desejamos ver cumpridos os Objetivos e as metas em todas as nações e povos e para todos os setores da sociedade, e esforçar-nos-emos para chegar primeiro aos mais atrasados” (p.3). Por esse motivo, a Resolução 71/313 indica claramente que “os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem ser desagregados, quando pertinente, por rendimento, sexo, idade, raça, etnia, estatuto migratório, deficiência e localização geográfica”.

Porque o país não é uma massa uniforme e porque precisamos de todos neste barco, procuramos estudar a aplicabilidade dos indicadores globais (os propostos na Resolução 71/313) à realidade local, alinhados com o que o Instituto Nacional de Estatística (INE)² já está a fazer para a realidade nacional, procurando manter a coerência e o alinhamento entre os vários níveis de análise (global, nacional, local). Sempre que existam dados a nível local para os indicadores aceites pelo INE, adotamos esses indicadores. Quando esta informação não está desagregada ou não existe ao nível municipal, fazemos uma proposta de indicador aproximado ao das Nações Unidas ou do INE. Quando isso não é possível, propomos um novo indicador³.

Este documento é, portanto, a versão 1.0 de um índice de sustentabilidade local. É um documento de trabalho, resultado da investigação desenvolvida pela equipa CESOP-Local e da colaboração que os municípios parceiros quiseram dar em fóruns criados para o efeito. É um índice que permite a cada município obter o diagnóstico do seu território concretizado em cada um dos 17 ODS e cada uma das metas e indicadores analisados.

¹ O número de indicadores foi, entretanto, revisto para 244 pela Divisão de Estatística das Nações Unidas.

² INE, *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, 2018

³ Ao longo deste relatório, sempre que descobrimos dados para um indicador da ONU a nível local, usamos esse indicador, que é identificado com o símbolo . Quando usamos indicadores criados pelo INE  ou pela equipa do CESOP-Local , usamos os símbolos correspondentes.

O Índice de Sustentabilidade Municipal

Esta primeira versão do Índice foi estabelecida a partir de dados disponíveis em sites de várias instituições. A maior parte dos dados foi recolhida no site do INE⁴, mas também no da PORDATA⁵, e em sites oficiais de diferentes Direção-Gerais. Alguns organismos do Estado e algumas organizações privadas colaboraram partilhando connosco, com desagregação a nível municipal, dados dos seus estudos e relatórios.

Este não é um trabalho terminado. Procuramos uma melhoria constante da qualidade dos nossos dados e indicadores com a ajuda dos municípios parceiros e dos diferentes organismos que em Portugal produzem e divulgam estatísticas. Esta versão do Índice tem 101 indicadores, relativos a 64 metas.

O gráfico seguinte apresenta o número de indicadores que o CESOP-Local conseguiu reunir (a cores) em comparação com o número de indicadores definidos pelas Nações Unidas para cada Objetivo (a cinzento). A relação entre os nossos indicadores e os indicadores oficiais são representados pelas diferentes cores. Por exemplo, para o ODS 4 as Nações Unidas propõem 11 indicadores. O nosso Índice tem 7 indicadores, dos quais quatro são reoperacionalizações do indicador ou da meta, um é idêntico ao indicador oficial, um é muito semelhante (proxy), e outro mede só uma parte do indicador oficial (parcial).

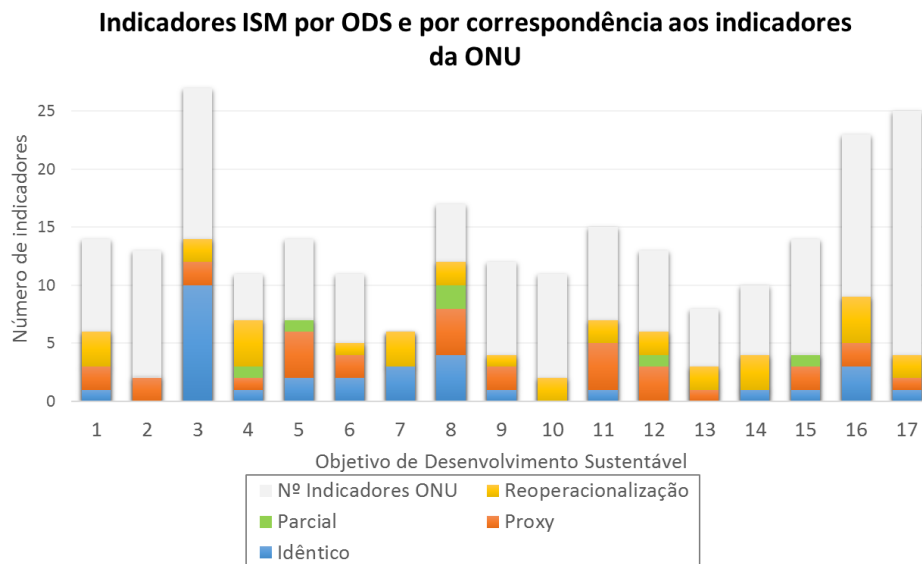


Gráfico 1: Indicadores ISM por ODS e por correspondência aos indicadores da ONU

⁴ www.ine.pt

⁵ www.pordata.pt

Reduzida disponibilidade de dados a nível local. A disponibilidade de dados ao nível municipal varia consideravelmente de ODS para ODS, havendo poucos indicadores para alguns dos ODS. Isto faz com que a avaliação de cada ODS a nível municipal fique por vezes dependente de um número demasiado reduzido de indicadores, o que limita a abrangência da informação que concretiza o ODS e, simultaneamente, provoca problemas na distribuição dos valores entre municípios. Procuramos ilustrar esta problemática no gráfico 2. Os ODS 10 e ODS 13 têm valor máximo e mínimo muito afastados, e a caixa de bigode é também mais estendida.

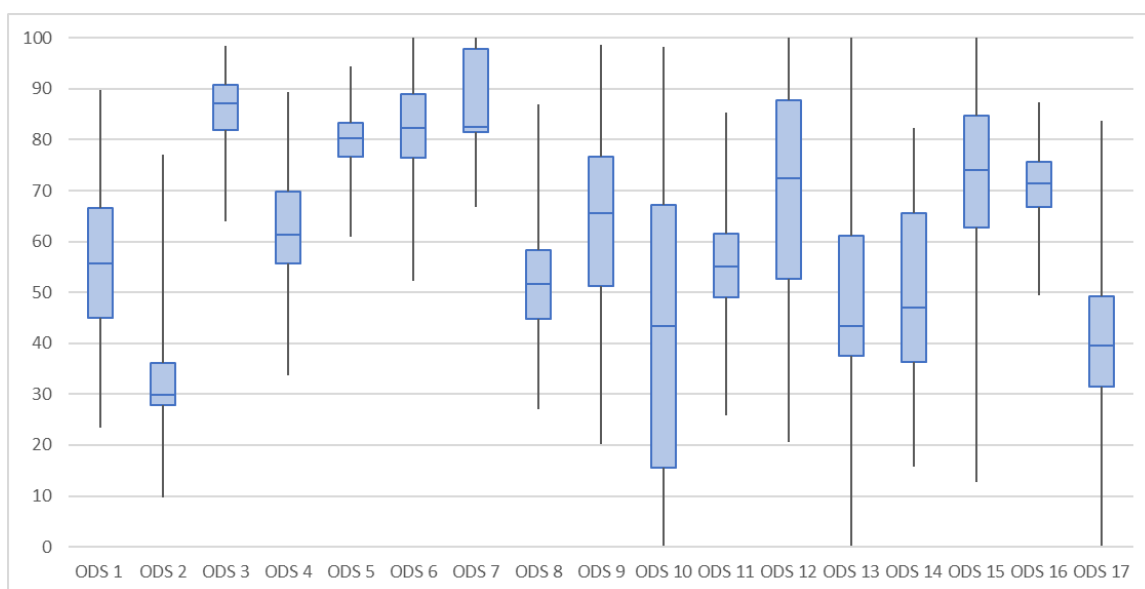


Gráfico 2: Variação dos municípios no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Definição de limites e normalização dos indicadores.

Cada indicador tem a sua unidade de medida. Para que possam ser agregados, todos os indicadores têm que ser normalizados, o que significa que todos devem ser convertidos em escalas de 0 (zero) a 100 (cem). Para o fazer, é necessário definir um valor máximo, que representa o objetivo a atingir, e um valor mínimo, que representa o ponto de partida (e.g., valor de 2015) ou o valor mínimo aceitável. A definição destes valores limite é crítica, pois influencia os resultados relativos de cada território. Foram utilizados os seguintes critérios de definição de valores limite:

1) sempre que os valores limite estão sugeridos na meta, são usados estes valores;

2) nos casos onde os valores limite não estão definidos na meta, utilizam-se os valores definidos no índice internacional “*SDG Index and Dashboards Report 2017*”, que foi realizado com o apoio da Rede das Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (Sustainable Development Solutions Network – SDSN), rede das Nações Unidas;

$$\frac{(\text{Valor do município} - \text{Valor mínimo})}{(\text{Valor máximo} - \text{Valor mínimo})} * 100$$

Fórmula de normalização

3) quando os indicadores do Índice de Sustentabilidade não coincidem com os deste índice internacional, procura-se valores definidos por instituições internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) ou a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE);

4) quando não existem valores limite definidos por uma instituição internacional de referência, a equipa de projeto CESOP-Local apresenta as suas propostas de valores limite. Estas propostas são resultado de um dos seguintes processos: ou os valores limite correspondem à média nacional mais ou menos o desvio padrão, ou, nos casos de baixa dispersão estatística, os valores limite correspondem às médias dos cinco melhores / piores valores dos municípios em 2015 ou dos países da OCDE (como sugerido na metodologia do índice internacional).

Resultados e Interpretação

O Índice de Sustentabilidade Municipal é composto por 101 indicadores. Estes representam as diversas metas previstas na Agenda 2030 e estas, por sua vez, os 17 ODS. Este índice apresenta um valor global, que mostra a localização do município entre o pior (0) e o melhor (100) possível, no que respeita ao seu desenvolvimento sustentável. Deste modo, um valor de, por exemplo, 62,8 significa que, em média, 62,8% do caminho para o Desenvolvimento Sustentável está cumprido.

Na medida em que um valor apenas é demasiado redutor da realidade, os resultados para cada concelho são também apresentados para cada um dos 5Ps (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias) e para cada uma das dimensões GESA (Governança, Economia, Social, Ambiental). Estas são duas formas de agregar os 17 ODS e apresentam-se como modos intuitivos de reduzir e apresentar informação estatística relacionada com o Desenvolvimento Sustentável.

Dos indicadores para as metas. O valor de cada meta é a média aritmética dos valores dos indicadores que a constituem.

Das metas para os ODS. O valor de cada ODS é a média aritmética dos valores das metas que o constituem.

Dos ODS para os 5Ps. O valor de cada um dos 5Ps (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias) resulta da média aritmética dos ODS que nele estão agregados.

Das metas para o GESA. A cada meta foi atribuída uma ou várias das dimensões GESA (Governança, Economia, Social, Ambiente). O valor de cada uma destas quatro dimensões resulta da média aritmética das metas a ela associadas.

Ao longo do relatório utiliza-se um sistema de cores para classificar o estado do município quanto a cada indicador, meta e ODS. As cores usadas, respeitando o sistema de cores internacional⁶, são o verde, o amarelo, o laranja e o vermelho. O significado das cores, para indicadores, metas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é o seguinte:

1. Indicadores
 - a. Indicador a **verde** significa que está completamente cumprido;
 - b. Indicador a **amarelo**, mais de metade do caminho está percorrido;
 - c. Indicador a **laranja**, mais de metade por fazer;
 - d. Indicador a **vermelho**, todo o percurso está ainda por fazer.

2. Metas
 - a. Verde, se todos os indicadores a verde;
 - b. Amarelo, se média dos indicadores acima de 50 na escala de 0 a 100;
 - c. Laranja, se média dos indicadores abaixo de 50;
 - d. Vermelho, se todos os indicadores no vermelho.

⁶ <http://www.sdgindex.org/>

3. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
 - a. Verde, se todas as metas a verde;
 - b. Amarelo, se média das duas metas com pior desempenho acima de 50;
 - c. Laranja, se média das duas metas com pior desempenho abaixo de 50;
 - d. Vermelho, se pelo menos duas metas vermelhas.

LAGOS



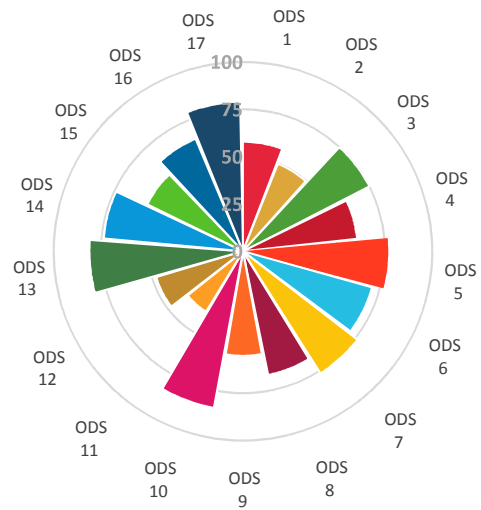
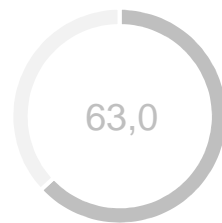
LAGOS

Resultado Global

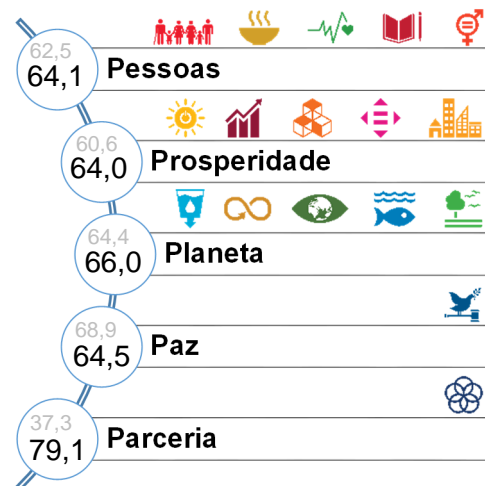
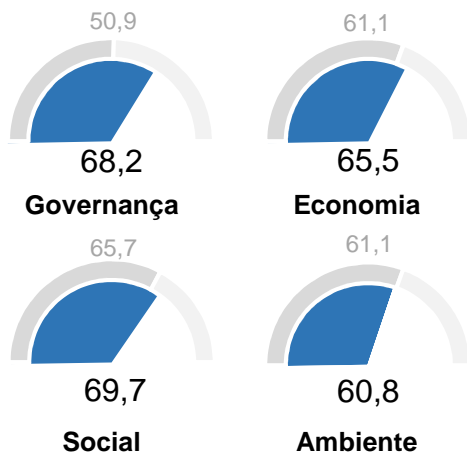
Resultado Municipal



Resultado Nacional



Resultado por grandes áreas



Retrato geral por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável



Resultado por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável



1 NO POVERTY

57,9 | 42,2



2 ZERO HUNGER

49,7 | 33,3



3 GOOD HEALTH AND WELL-BEING

75,0 | 90,8



4 QUALITY EDUCATION

60,8 | 70,1



5 GENDER EQUALITY

76,8 | 76,5



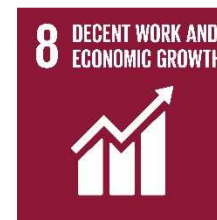
6 CLEAN WATER AND SANITATION

70,8 | 84,0



7 AFFORDABLE AND CLEAN ENERGY

76,5 | 86,8



8 DECENT WORK AND ECONOMIC GROWTH

66,7 | 56,9



9 INDUSTRY, INNOVATION AND INFRASTRUCTURE

55,3 | 79,6



10 REDUCED INEQUALITIES

84,2 | 27,3



11 SUSTAINABLE CITIES AND COMMUNITIES

37,4 | 52,3



12 RESPONSIBLE CONSUMPTION AND PRODUCTION

47,8 | 78,4



13 CLIMATE ACTION

81,2 | 44,3



14 LIFE BELOW WATER

74,0 | 65,8



15 LIFE ON LAND

56,3 | 78,4



16 PEACE, JUSTICE AND STRONG INSTITUTIONS

64,5 | 67,9



17 PARTNERSHIPS FOR THE GOALS

79,1 | 37,3

Lagos: alguns apontamentos em destaque

Esta página apresenta os resultados que mais se destacam no concelho. Aqui, como em todo o relatório, não se fazem recomendações. Procura-se apenas a explicitação dos valores que, aos olhos da equipa CESOP-Local, mais sobressaíram, aquando da análise comparada dos resultados deste concelho.

- **ODS 1 – Erradicar a pobreza**

Lagos apresenta uma baixa proporção de população em situação de pobreza extrema (que recebem o RSI).

- **ODS 2 – Erradicar a fome**

A agricultura biológica já é praticada por 15% dos produtores e preparadores agrícolas do município de Lagos. Este valor é três vezes maior do que a média nacional.

- **ODS 4 – Educação de qualidade**

Os alunos de Lagos revelam mais dificuldades do que a média nacional. Lagos tem taxas de transição/conclusão no ensino secundário mais baixas, taxas de retenção no ensino básico mais altas e um maior número de notas negativas nas provas finais do 3º ciclo.

- **ODS 5 – Igualdade de género**

Observa-se menos violência contra as mulheres do que no país, e em relação à média do Algarve.

- **ODS 6 – Água potável e saneamento**

À semelhança do resto do Algarve, o consumo de água por habitante é duas vezes superior à média nacional.

- **ODS 7 – Energias renováveis e acessíveis**

Encontra-se o mesmo padrão para o consumo de energia elétrica: Lagos e o Algarve, em geral, têm valores de consumo de eletricidade duas vezes mais elevados do que a média do país.

- **ODS 8 – Trabalho digno e crescimento económico**

Tal como na generalidade dos municípios de média densidade, os indicadores de bem-estar económico (poder de compra e ganho médio) de Lagos estão abaixo da média nacional.

No entanto, o município tem uma menor disparidade no salário entre sexos e uma taxa de desemprego mais baixa do que o país, o que se aplica também para os jovens.

O turismo representa uma parte importante da atividade económica do município, mas poucos empreendimentos turísticos têm certificação ambiental conhecida.

- **ODS 9 - Indústria, inovação e infraestruturas**

A indústria transformadora está pouco presente no território e produz um VAB baixo por pessoal ao serviço, em relação à média de Portugal.

- **ODS 10 – Reduzir as desigualdades**

Para além de ter um CLAIM, Lagos integra igualmente a RMAD, revelando assim uma vontade de acompanhar a sua população estrangeira, que representa mais de 20% da sua população.

- **ODS 11 – Cidades e Comunidades sustentáveis**

O município de Lagos tem rendas altas para o ganho médio mensal dos trabalhadores residentes. Este cenário é de algum modo transversal a todo o Algarve.

- **ODS 12 – Produção e consumo sustentáveis**

A produção de resíduos é alta em Lagos, como no Algarve, em relação ao país. Uma alta proporção dos RUB é também depositada em aterros.

No entanto, mais de 25% dos RU são recolhidos seletivamente, taxa superior à média do país (16,6%).

- **ODS 13 – Ação climática**

Lagos integra a Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas.

- **ODS 15 - Proteger a vida terrestre**

Apesar de ter áreas da Rede Natura 2000, Lagos não dispõe de áreas protegidas.

O nível de suscetibilidade dos solos do território à desertificação foi estimado como elevado.

No entanto, entre 1995 e 2010, Lagos aumentou a sua proporção de área florestal.

- **ODS 17 - Parcerias para a implementação dos objetivos**

A câmara municipal de Lagos financia 70% das suas despesas com impostos municipais.

1 ERRADICAR A POBREZA

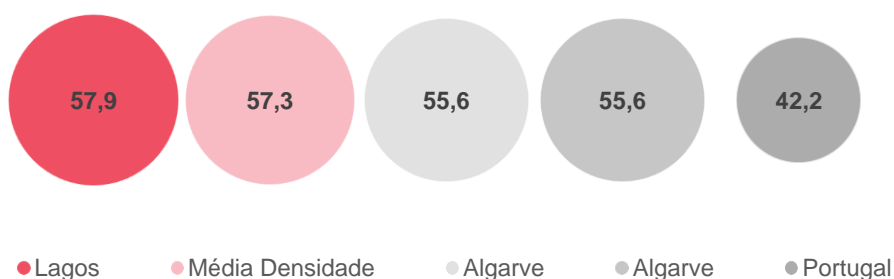
Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

A pobreza extrema a nível mundial diminuiu para menos de metade desde 1990. Embora isto seja um feito extraordinário, uma em cada cinco pessoas nas regiões em desenvolvimento continuam a viver com menos de \$1.90 por dia, milhões de pessoas ganham pouco mais do que esse valor por dia, e muitos correm o risco de voltar a uma situação de pobreza.

A pobreza não se resume à falta de rendimentos ou recursos para garantir meios de subsistência. A pobreza manifesta-se de diversas formas como a fome, a malnutrição ou a falta de uma habitação digna. Manifesta-se também no acesso limitado à educação, à saúde, aos serviços financeiros e às novas tecnologias. Verifica-se na discriminação e exclusão social, assim como na falta de participação nos processos de tomada de decisão.

O crescimento económico deve ser inclusivo para garantir empregos sustentáveis e promover a igualdade.

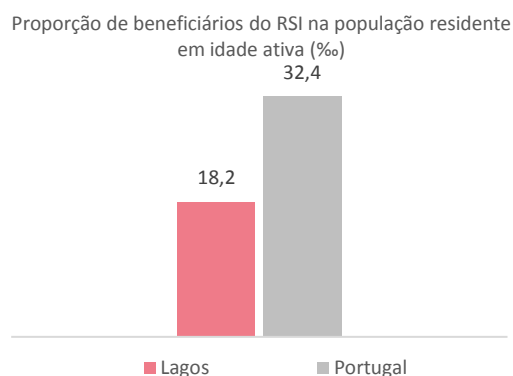
Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/poverty/>



Pontuação Global ODS 1

Meta 1.2 | Até 2030, reduzir pelo menos para metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

Indicador 1.2.1. Proporção de beneficiários do RSI na população residente em idade ativa (‰)

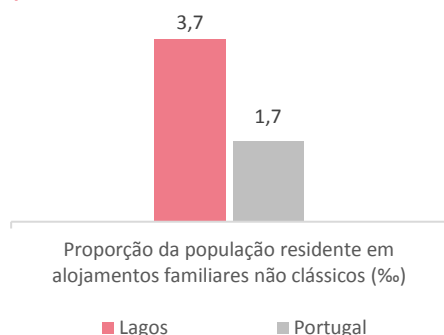


As Nações Unidas estabelecem a linha de pobreza nacional como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente. Em Portugal, a linha de pobreza corresponde a 474€ (2015).
O Rendimento Social de Inserção (RSI) é atribuído se o pensionista tiver menos de 187€ de rendimento mensal.

Fonte: INE (2016)

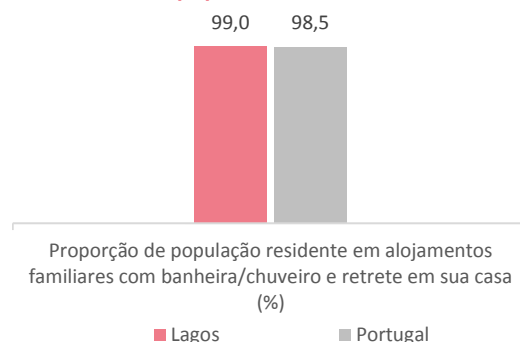
Meta 1.4 | Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos, bem como no acesso aos serviços básicos, à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, à herança, aos recursos naturais, às novas tecnologias e aos serviços financeiros, incluindo microfinanciamento

Indicador 1.4.1(a). Proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos (‰)



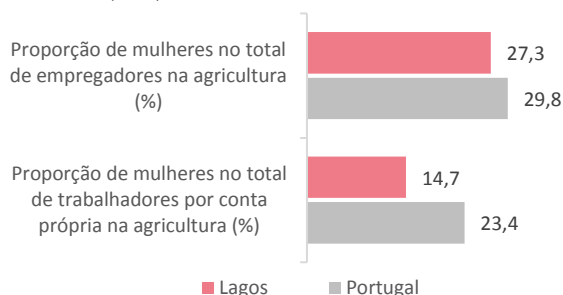
Fonte: INE (2011), cálculos CESOP

Indicador 1.4.1(b). Proporção de população residente em alojamentos familiares com banheira/chuveiro e retrete em sua casa (%)




Fonte: INE (2011), cálculos CESOP

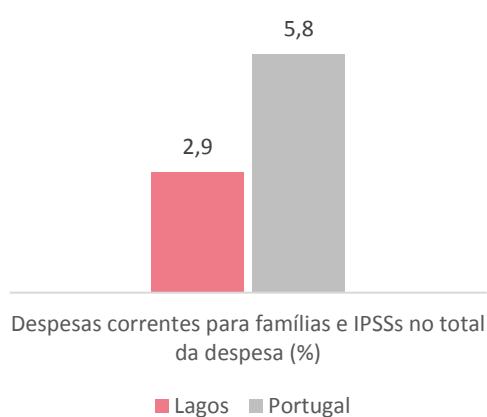
Indicador 1.4.2. Proporção de mulheres no total de dirigentes na agricultura por tipo de situação na profissão (%)




Fonte: INE (2011), cálculos CESOP

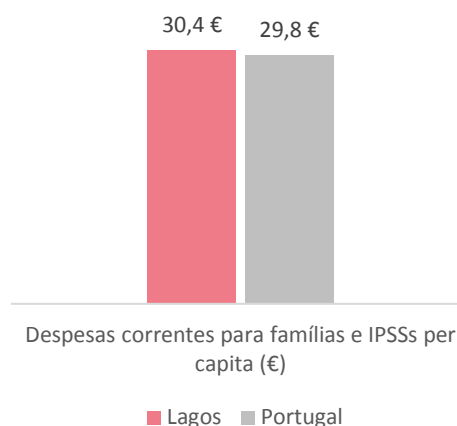
Meta 1.a | Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento (em particular, os países menos desenvolvidos) possam implementar programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

 **Indicador 1.a.1. Despesas correntes para famílias e IPSSs no total da despesa (%)**



Fonte: Portal Autárquico (2016), cálculos CESOP

 **Indicador 1.a.2. Despesas correntes para famílias e IPSSs per capita (€)**



Fonte: Portal Autárquico (2016), cálculos CESOP

2 ERRADICAR A FOME

Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

É tempo de repensar como cultivamos, partilhamos e consumimos a nossa comida.

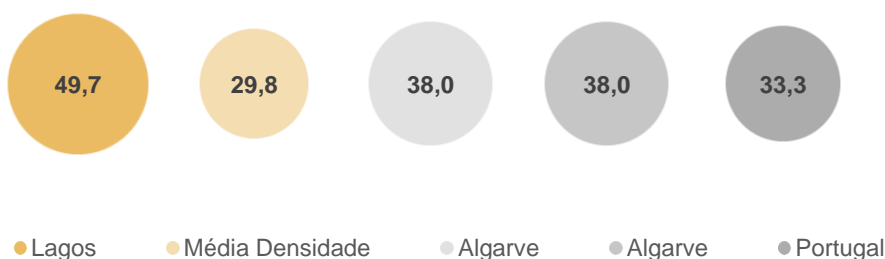
Se praticadas da maneira correta, a agricultura, a silvicultura e a pesca podem garantir acesso a alimentos nutritivos e seguros para todas as pessoas, apoiando ao mesmo tempo o desenvolvimento rural e protegendo o ambiente.

Atualmente, os solos, água doce, oceanos, florestas e biodiversidade degradam-se rapidamente. As alterações climáticas exercem uma pressão ainda maior nos recursos de que dependemos, aumentando os riscos de desastres naturais. Muitos homens e mulheres das zonas rurais já não conseguem garantir a sua subsistência, obrigando-os a migrar para as cidades.

É necessária uma mudança profunda do sistema global de agricultura e alimentação para alimentar os 815 milhões de indivíduos que hoje sofrem de fome, assim como o aumento da população global de dois mil milhões de pessoas esperado até 2050.

O setor da alimentação e agricultura é central para a erradicação da fome e da pobreza e oferece as soluções chave para o desenvolvimento.

Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/hunger/>

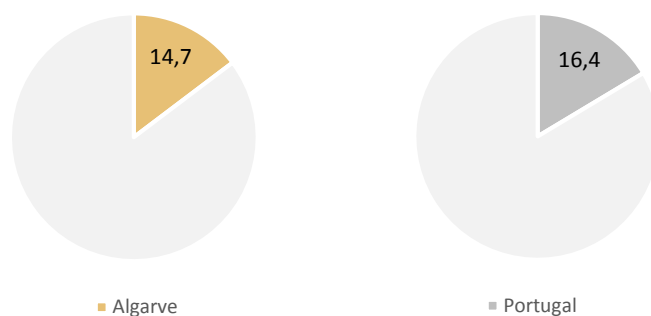


Pontuação Global ODS 2

Meta 2.1 | Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano

 **Indicador 2.1.1. Prevalência da obesidade na população residente com 18 e mais anos de idade, por NUTS II (%)**

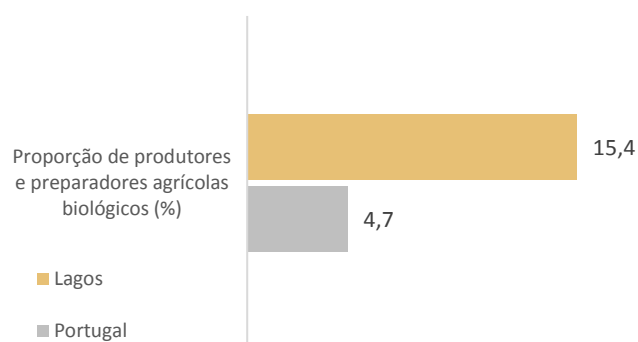
Prevalência da obesidade na população residente com 18 e mais anos de idade (%)



Fonte: INE (2014), dados inexistentes a nível municipal

Meta 2.4 | Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às alterações climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

 **Indicador 2.4.1. Proporção de produtores e preparadores agrícolas biológicos (%)**



Fonte: DGADR (2016), cálculos CESOP

AGRICULTURA BIOLÓGICA

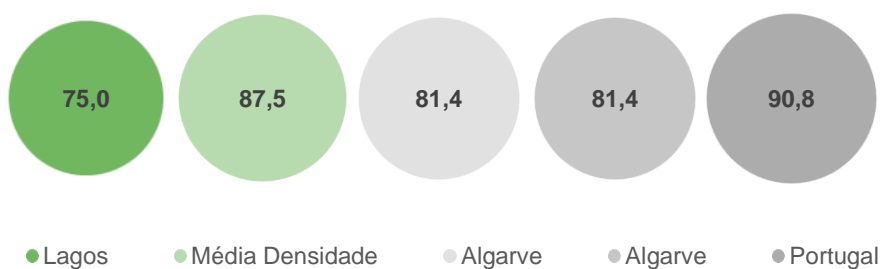
Modo de produção que visa produzir alimentos e fibras têxteis de elevada qualidade, saudáveis, ao mesmo tempo que promove práticas sustentáveis e de impacto positivo no ecossistema agrícola.

3 SAÚDE DE QUALIDADE

Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Assegurar modos de vida saudáveis e promover o bem-estar de todos em qualquer idade é essencial para o desenvolvimento sustentável. Nas últimas décadas obtiveram-se grandes avanços relacionados com o aumento da esperança de vida e a redução de algumas das causas de morte mais relacionadas com a mortalidade infantil e materna. Também se progrediu muito no acesso à água potável e a sistemas de saneamento, na redução da malária, da tuberculose, da poliomielite e na propagação do HIV/SIDA. No entanto, ainda são precisos muitos esforços para erradicar uma vasta gama de doenças e para lidar com vários assuntos, sejam emergentes ou persistentes, relativos à saúde.

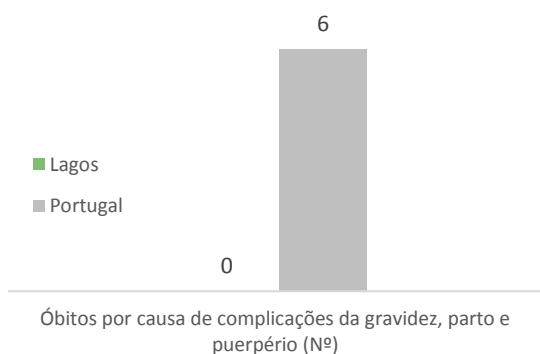
Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/health/>



Pontuação Global ODS 3

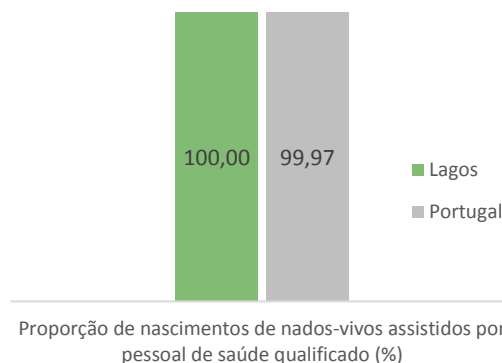
Meta 3.1 | Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100 000 nados-vivos

Indicador 3.1.1. Óbitos por causa de complicações da gravidez, parto e puerpério (Nº)



Fonte: INE (2016)

Indicador 3.1.2. Proporção de nascimentos de nados-vivos assistidos por pessoal de saúde qualificado (%)

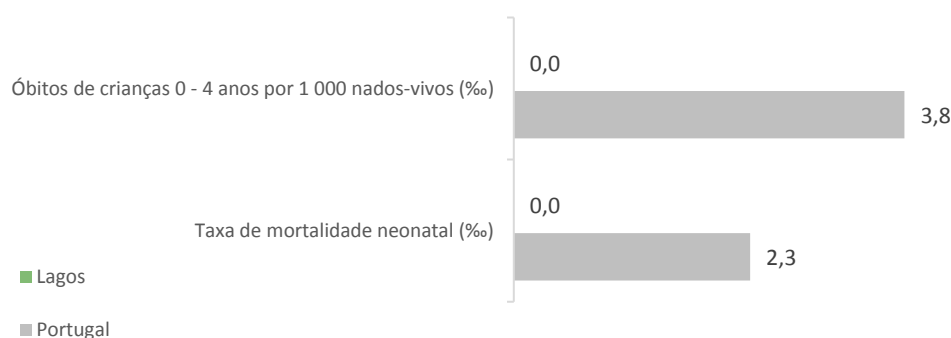


Fonte: INE (2016), cálculos CESOP

Meta 3.2 | Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países empenhados em reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1 000 nados-vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1 000 nados-vivos

Indicador 3.2.1. Óbitos de crianças 0 - 4 anos por 1 000 nados-vivos (‰)

Indicador 3.2.2. Taxa de mortalidade neonatal (‰)



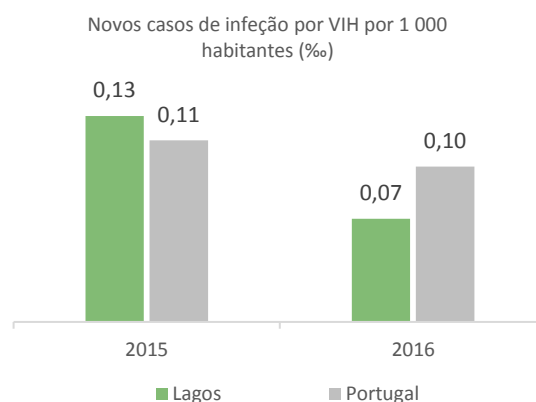
Fonte: INE (2016), cálculos CESOP

As metas 3.1 e 3.2 são consideradas cumpridas para todos os concelhos

Meta 3.3 | Até 2030, acabar com as epidemias de Sida, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis



Indicador 3.3.1. Número de novos casos de infeção por VIH por 1 000 habitantes (‰)

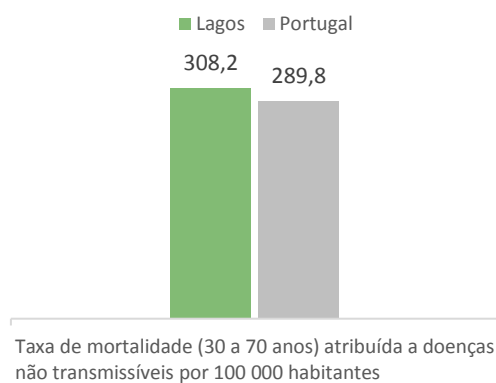


Fonte: INSA (2016), cálculos CESOP

Meta 3.4 | Até 2030, reduzir num terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar



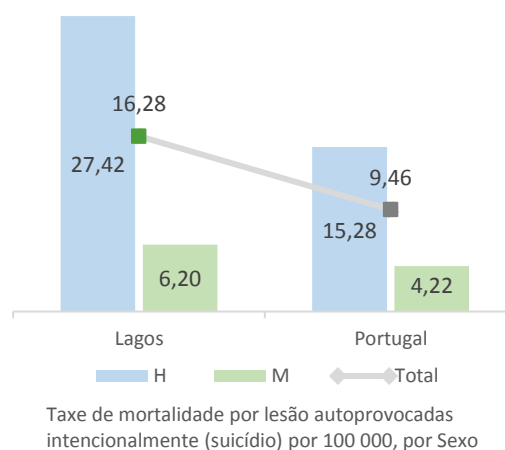
Indicador 3.4.1. Taxa de mortalidade (30 a 70 anos) atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crónicas respiratórias por 100 000 habitantes



Fonte: INE (2016), cálculos CESOP





Indicador 3.4.2. Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) por 100 000 habitantes por Sexo

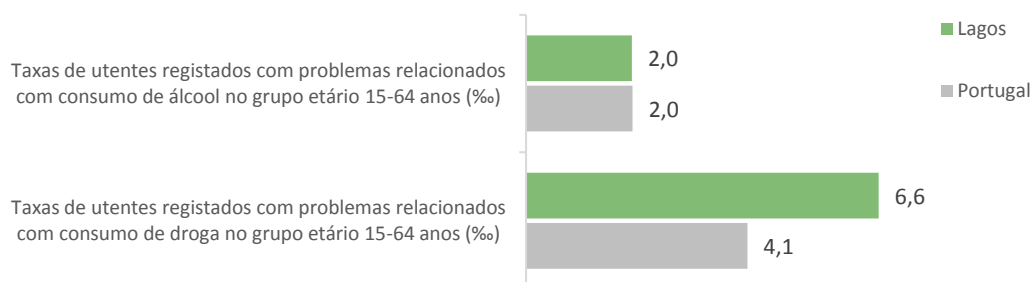


Fonte: INE (2016), cálculos CESOP

Meta 3.5 | Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e o uso nocivo do álcool


 **Indicador 3.5.1. Taxas de utentes registados com problemas relacionados com consumo de droga no grupo etário 15-64 anos (‰)**

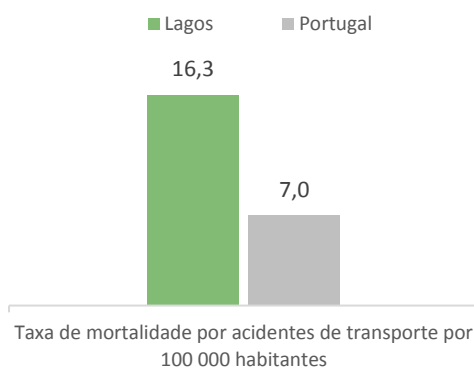
 **Indicador 3.5.2. Taxas de utentes registados com problemas relacionados com consumo de álcool no grupo etário 15-64 anos (‰)**



Fonte: SICAD (2016), cálculos CESOP


Meta 3.6 | Até 2020, reduzir para metade, a nível global, o número de mortos e feridos devido a acidentes rodoviários

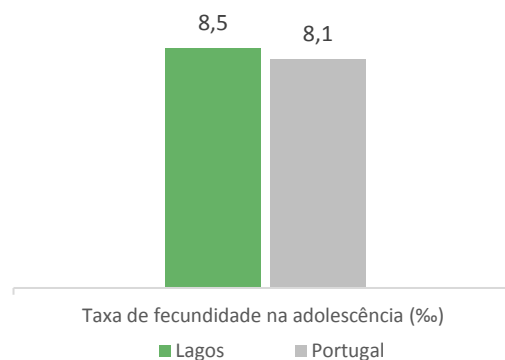
 **Indicador 3.6.1. Taxa de mortalidade por acidentes de transporte por 100 000 habitantes**



Fonte: INE (2016), cálculos CESOP


Meta 3.7 | Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planeamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

 **Indicador 3.7.2. Taxa de fecundidade na adolescência (‰)**



Fonte: Pordata (2016)

Meta 3.9 | Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças devido a químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, água e solo

 **Indicador 3.9.1. Taxa de mortalidade atribuída a poluição ambiente e doméstica do ar por 100 000 habitantes**

17 /100 000 habitantes

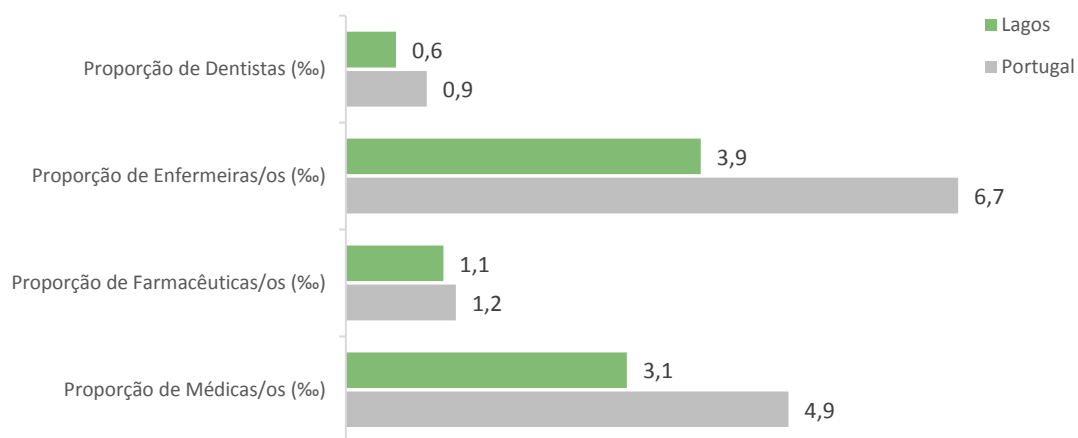
 **Indicador 3.9.3 Envenenamento (intoxicação) acidental por drogas, medicamentos e substâncias biológicas (Nº)**



Fonte: INE (2016)

Meta 3.c | Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

 **Indicador 3.c.1. Principais profissionais de saúde por especialidade (‰)**



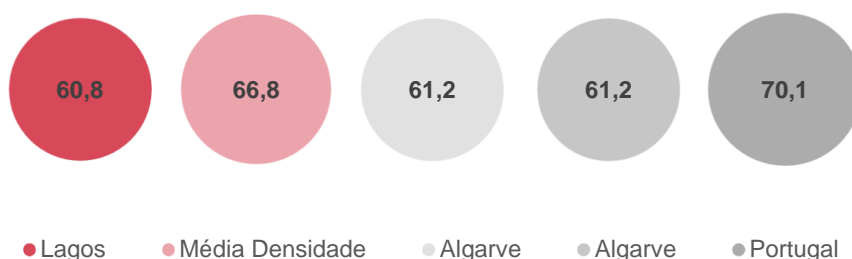
Fonte: INE (2016), cálculos CESOP

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e, promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

A educação de qualidade é a base para melhorar a vida das pessoas e o desenvolvimento sustentável. Foram feitos grandes progressos na melhoria do acesso à educação a todos os níveis, em particular para mulheres e raparigas. Os conhecimentos básicos melhoraram imenso, mas será necessário redobrar esforços para atingir o objetivo de uma educação universal. Por exemplo, o mundo atingiu a igualdade entre meninas e meninos no ensino primário, mas poucos países atingiram esta meta em todos os níveis de educação.

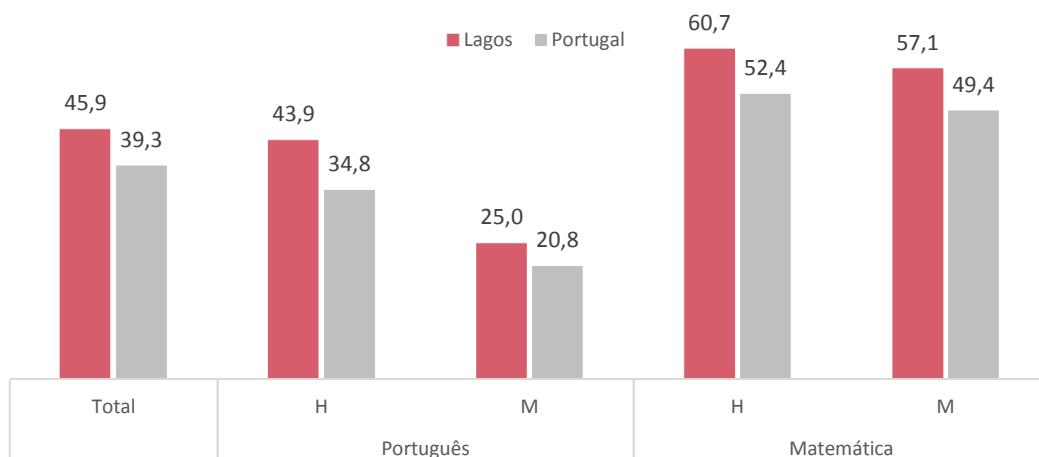
Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/education/>



Pontuação Global ODS 4

Meta 4.1 | Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completam o ensino primário e secundário, que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, conduzindo a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

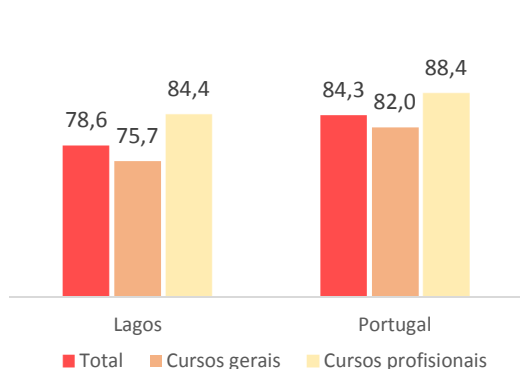
Indicador 4.1.1. Proporção de alunas/os que obtiveram uma nota negativa na 1ª fase das provas finais do 3º Ciclo por Sexo e Prova



Proporção de alunas/os que obtiveram uma nota negativa na 1ª fase das provas finais do 3º Ciclo por Sexo e Prova

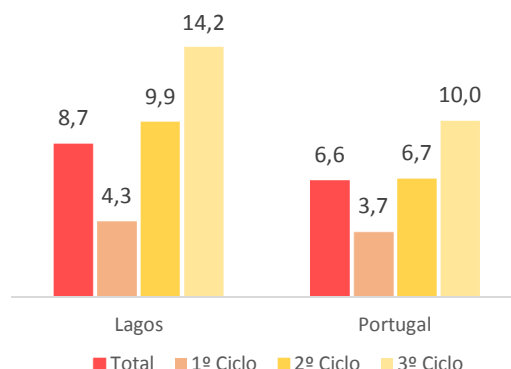
Fonte: DGEEC (2016), cálculos CESOP

Indicador 4.1.2. Taxa de transição/conclusão no ensino secundário por Tipo de curso (%)



Fonte: INE (2015/2016)

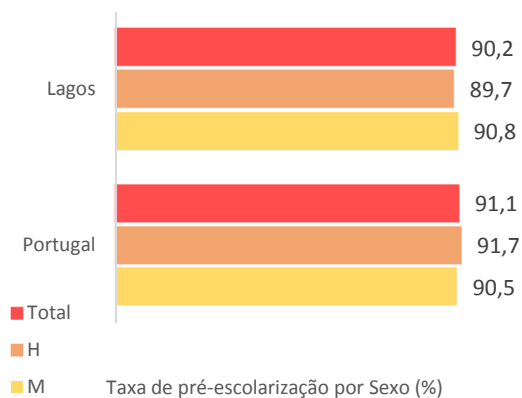
Indicador 4.1.3. Taxa de retenção/desistência no ensino básico por Nível de ensino (%)



Fonte: INE (2015/2016)

Meta 4.2 | Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, bem como cuidados e educação pré-escolar, de modo a que estejam preparados para o ensino primário

Indicador 4.2.2. Taxa de pré-escolarização por Sexo (%)



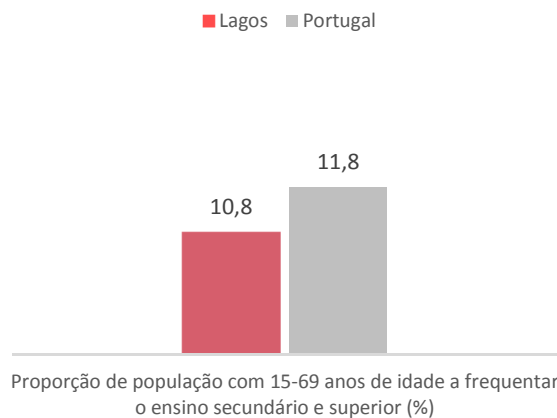
A taxa de pré-escolarização descreve a relação entre as crianças de 3-5 anos que vivem no município e as crianças escolarizadas nas escolas pré-escolares.

Diferenças entre concelho de trabalho e concelho de residência dos pais pode justificar taxas superiores a 100%.

Fonte: INE (2015/2016)

Meta 4.3 | Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e terciária, incluindo a universidade, com qualidade e a preços acessíveis

Indicador 4.3.1. Proporção de população com 15-69 anos de idade a frequentar o ensino secundário e superior (%)

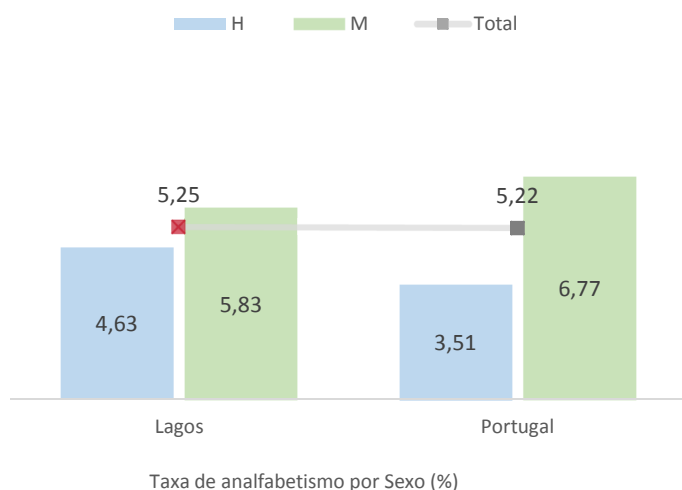


Fonte: INE (2011), cálculos CESOP

Meta 4.6 | Até 2030, garantir literacia e aptidões numéricas a todos os jovens e a uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres



Indicador 4.6.1. Taxa de analfabetismo por Sexo (%)

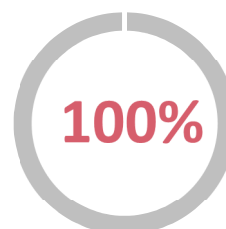


Fonte: INE (2011)

Meta 4.c | Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento



Indicador 4.c.1. Proporção de professores que receberam a formação básica de professores (%)



5 IGUALDADE DE GÉNERO

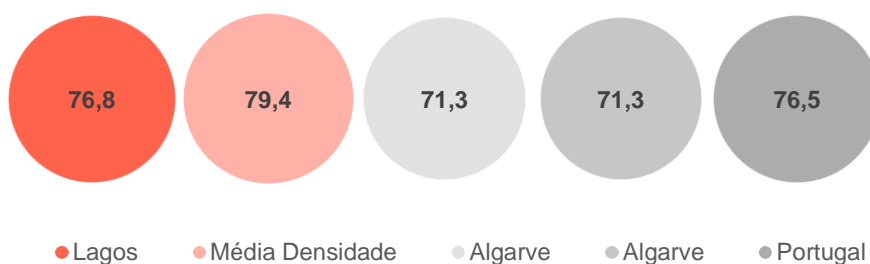
Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas

Embora o mundo tenha progredido no sentido de uma maior igualdade de género e maior empoderamento das mulheres sob os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, as mulheres e as raparigas continuam a ser vítimas de discriminação e violência.

A igualdade de género não é apenas um direito humano fundamental, mas também uma base necessária para um mundo pacífico, próspero e sustentável.

Proporcionar às mulheres e às raparigas a igualdade de acesso à educação, a cuidados de saúde, a empregos decentes, e à representação nos processos de decisão políticos e económicos alimentará as economias sustentáveis, e beneficiará as sociedades e a humanidade em geral.

Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/gender-equality/>

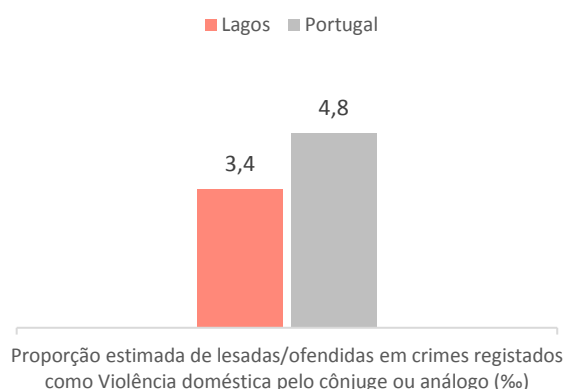


Pontuação Global ODS 5

Meta 5.2 | Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico, a exploração sexual e de outros tipos de exploração



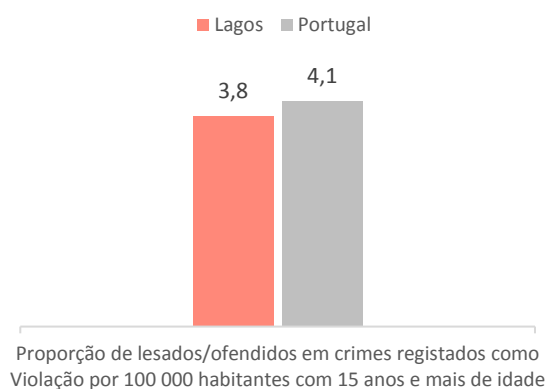
Indicador 5.2.1. Proporção estimada de lesadas/ofendidas em crimes registados como Violência doméstica pelo cônjuge ou análogo (‰)



Fonte: DGPJ (2016), cálculos CESOP



Indicador 5.2.2. Proporção de lesados/ofendidos em crimes registados como Violação por 100 000 habitantes com 15 anos e mais de idade

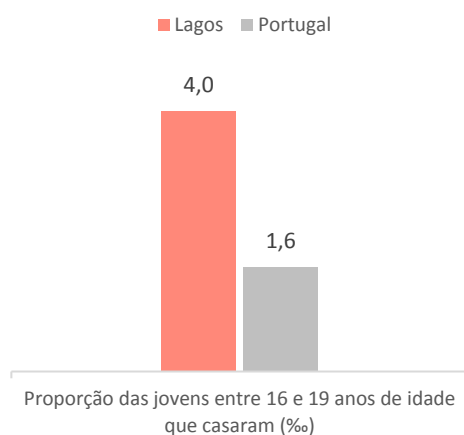


Fonte: DGPJ (2016), cálculos CESOP

Meta 5.3 | Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas



Indicador 5.3.1. Proporção das jovens entre 16 e 19 anos de idade que casaram (‰)



Fonte: INE (2016), cálculos CESOP

As práticas de casamentos forçados e de mutilações genitais femininas são raras em Portugal. Por esse motivo, considera-se esta meta cumprida em todos os municípios do país.

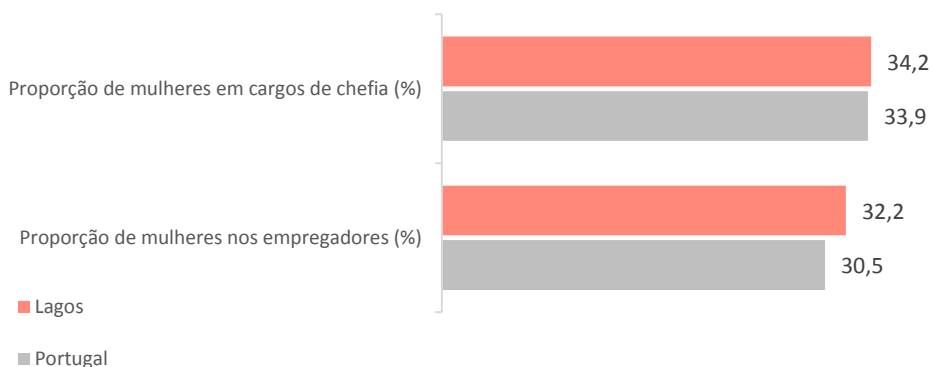
Meta 5.5 | Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública



Indicador 5.5.2(a). Proporção de mulheres em cargos de chefia (%)



Indicador 5.5.2(b). Proporção de mulheres nos empregadores (%)

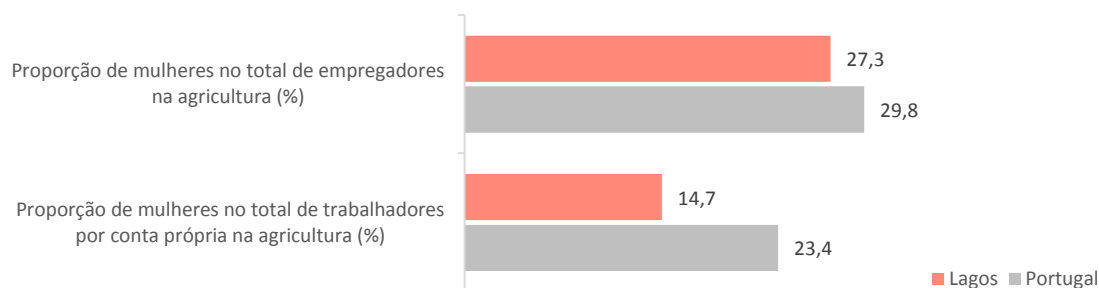


Fonte: INE (2011) e Pordata (2016), cálculos CESOP

Meta 5.a | Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, aos serviços financeiros, à herança e aos recursos naturais, de acordo com as leis nacionais



Indicador 5.a.1. Proporção de mulheres no total de dirigentes na agricultura por tipo de situação na profissão (%)



Fonte: INE (2011), cálculos CESOP



Indicador 5.a.2. Direitos iguais à propriedade e controlo da terra

Garantido pelo Artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa

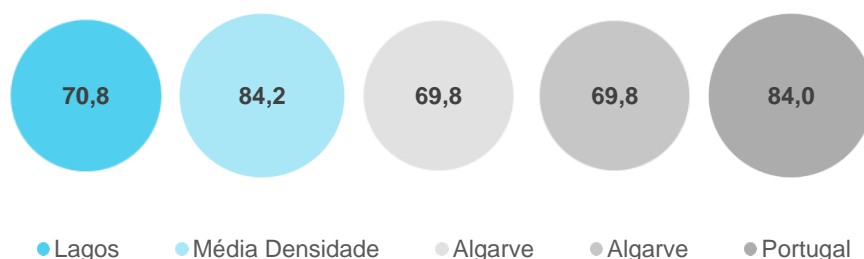
6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

Água limpa e acessível para todos é uma parte essencial do mundo em que queremos viver. Há no planeta quantidade de água suficiente para conseguir este objetivo. Mas por causa de más políticas económicas e de infraestruturas fracas, cada ano, milhões de pessoas, sobretudo crianças, morrem de doenças ligadas à inadequabilidade dos sistemas de abastecimento de água e saneamento.

A escassez de água, a baixa qualidade da água e saneamento básico insuficiente têm impactos negativos na segurança alimentar, nas escolhas de vida e nas oportunidades em matéria de educação para as famílias pobres em todo o mundo. A seca afeta alguns dos países mais pobres, piorando a fome e a malnutrição.

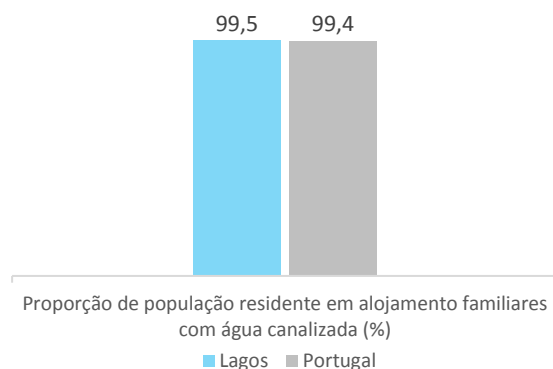
Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/water-and-sanitation/>



Pontuação Global ODS 6

Meta 6.1 | Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável para todos, a preços acessíveis


 **Indicador 6.1.1. Proporção de população residente em alojamentos familiares com água canalizada (%)**

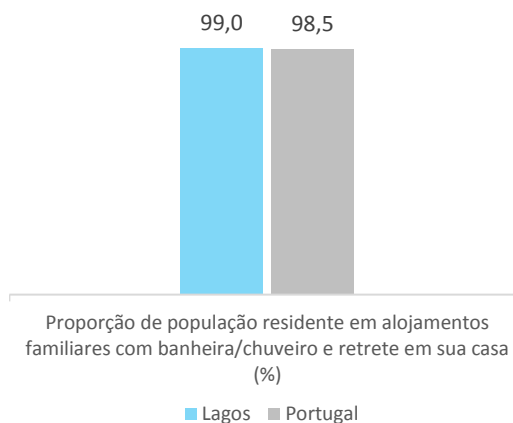


O acesso à água potável é universal em Portugal. Subsistem, no entanto, municípios com baixas taxas de alojamentos com água canalizada.

Fonte: INE (2011), cálculos CESOP


Meta 6.2 | Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles que estão em situação de vulnerabilidade

 **Indicador 6.2.1. Proporção de população residente em alojamentos familiares com banheira/chuveiro e retrete em sua casa (%)**

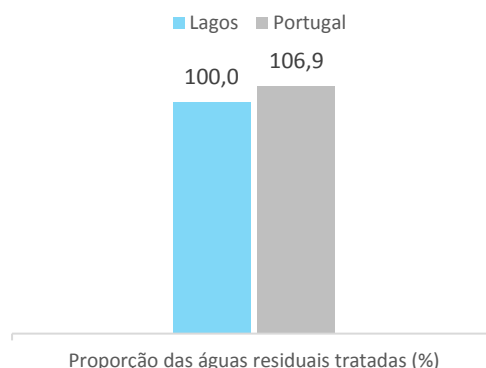


Fonte: INE (2011), cálculos CESOP

Meta 6.3 | Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a libertação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo para metade a proporção de águas residuais não-tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e a reutilização, a nível global

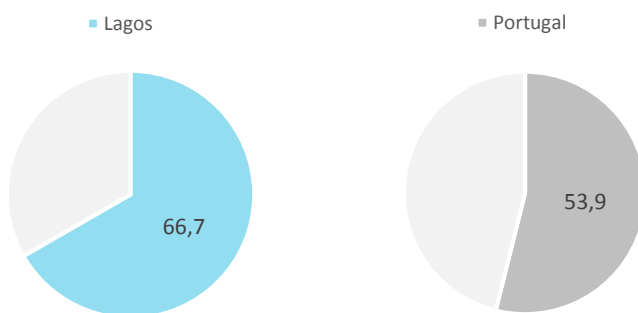
 **Indicador 6.3.1. Proporção das águas residuais tratada (%)**

As águas residuais podem ser sujeitas a vários níveis de tratamento, pelo que as proporções podem ser superiores a 100%. Alguns municípios tratam as águas residuais de outros municípios.



Fonte: ERSAR/INE (2016), cálculos CESOP

 **Indicador 6.3.2. Proporção de massas de água com boa qualidade ambiental (%)**

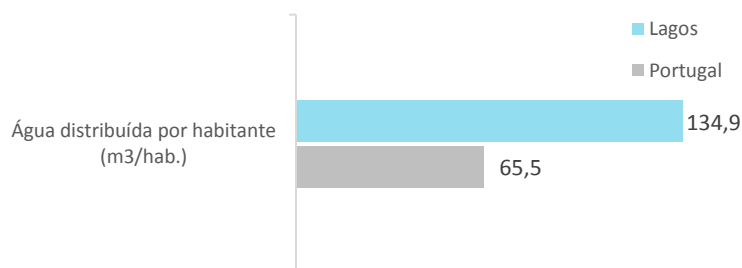


Proporção de massas de água com boa qualidade ambiental (%)

Fonte: INE (2013-2015)

Meta 6.4 | Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência no uso da água em todos os setores e assegurar extrações sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água

 **Indicador 6.4.1. Água distribuída por habitante (m3/hab.)**



Fonte: INE (2016), cálculos CESOP

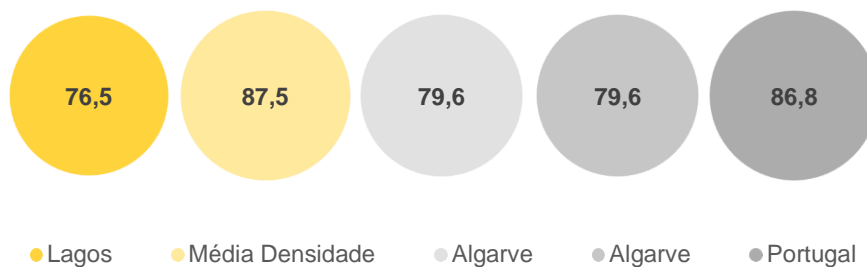
7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS

Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos

A energia é fundamental para quase todos os desafios e oportunidades que o mundo enfrenta hoje. Seja para empregos, alterações climáticas, produção de comida, ou aumento de salários e rendimentos, o acesso à energia é sempre um fator essencial.


A energia sustentável é uma oportunidade – transforma vidas, economias e o planeta.

Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/energy/>




Pontuação Global ODS 7

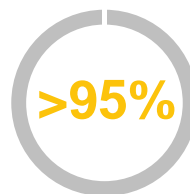
Meta 7.1 | Até 2030, assegurar o acesso universal a serviços de energia modernos, fiáveis e a preços acessíveis

 **Indicador 7.1.1. Percentagem da população com acesso à eletricidade (%)**




Fonte: Nações Unidas (2016)

 **Indicador 7.1.2. Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas (%)**



Fonte: Nações Unidas (2014)

Meta 7.2 | Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global

 **Indicador 7.2.1. Percentagem de energia renovável no consumo de energia final bruto (%)**

28,5% de energias renováveis

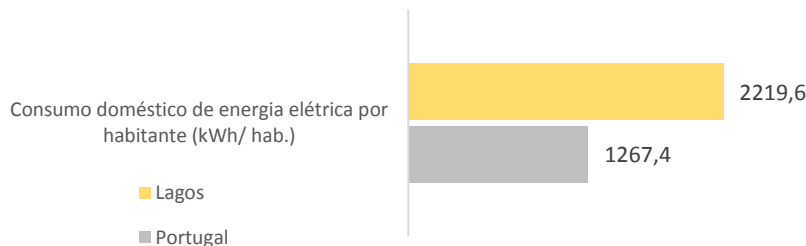
Fonte: Eurostat (2015)

Meta 7.3 | Até 2030, duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética

 **Indicador 7.3.1. Signatário do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia**

NÃO x 31% dos municípios portugueses entraram no Pacto de Autarcas para o Clima e Energia

 **Indicador 7.3.2. Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.)**



Fonte: INE (2016)

8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

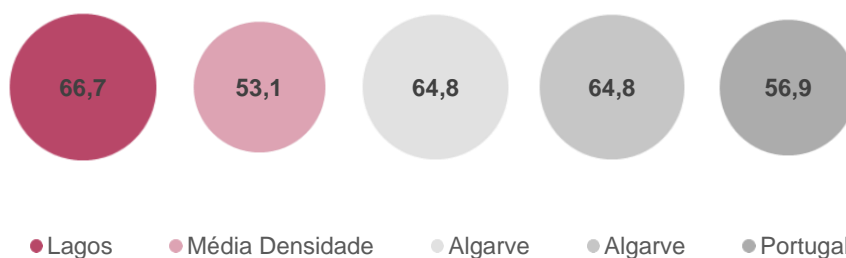
Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Aproximadamente metade da população mundial continua a viver com o equivalente a cerca de 2 dólares por dia. Em demasiados locais, ter um emprego não garante a capacidade de escapar da pobreza. Este progresso lento e desigual exige que reconsideremos e reestruturemos as nossas políticas sociais e económicas dirigidas à erradicação da pobreza.

A falta permanente de oportunidades de trabalho decente, a insuficiência dos investimentos e o subconsumo levaram à erosão do contrato social básico subjacente às sociedades democráticas: que todos devem usufruir dos progressos. A criação de emprego de qualidade continuará como um grande desafio para todas as economias muito para além de 2015.

O crescimento económico sustentável exigirá das sociedades a criação de condições que permitam a todas as pessoas o acesso a empregos de qualidade, que estimulem a economia e simultaneamente não prejudiquem o ambiente. As oportunidades de emprego e condições de trabalho decentes devem ser acessíveis a todas as pessoas em idade laboral.

Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/economic-growth/>

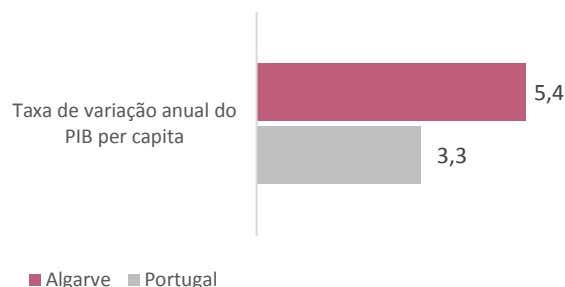


Pontuação Global ODS 8

Meta 8.1 | Sustentar o crescimento económico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do Produto Interno Bruto (PIB) nos países menos desenvolvidos



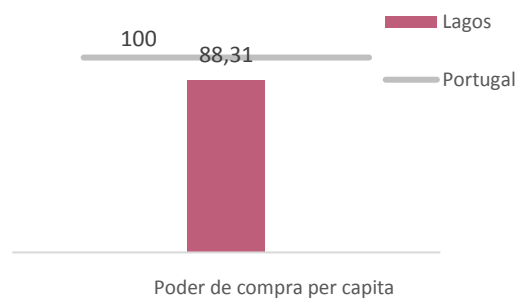
Indicador 8.1.1. Taxa de variação anual do PIB per capita, por NUTS III



Fonte: INE (2015-2016), cálculos CESOP



Indicador 8.1.2. Poder de compra per capita



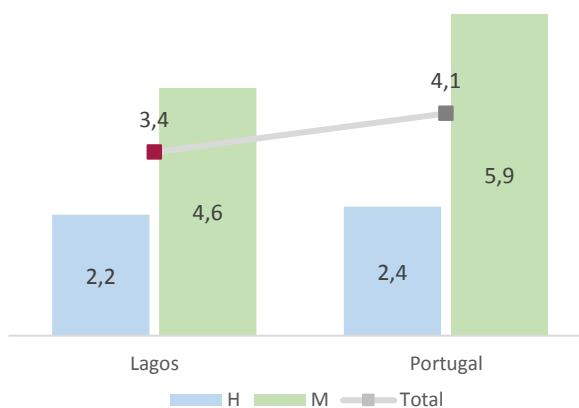
Fonte: INE (2015)

O Produto Interno Bruto (PIB) não está calculado para os municípios, sendo a sua desagregação menor o nível NUTS III. Embora uma variação positiva do PIB possa beneficiar todos os municípios da região, isso não se reflete de igual modo para todos. Por esse motivo, propomos completar este primeiro indicador com o Poder de compra a nível municipal.

Meta 8.3 | Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, criação de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros



Indicador 8.3.1. Proporção de trabalhadores familiares não remunerados nos setores secundário e terciário por Sexo (‰)



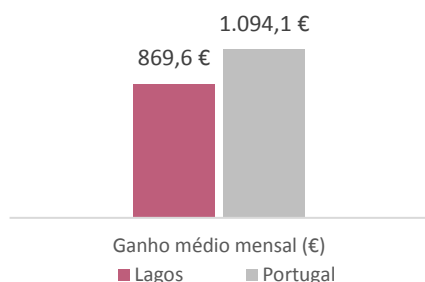
Proporção de trabalhadores familiares não remunerado nos setores secundário e terciário por Sexo (‰)

Fonte: INE (2011), cálculos CESOP

Meta 8.5 | Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor



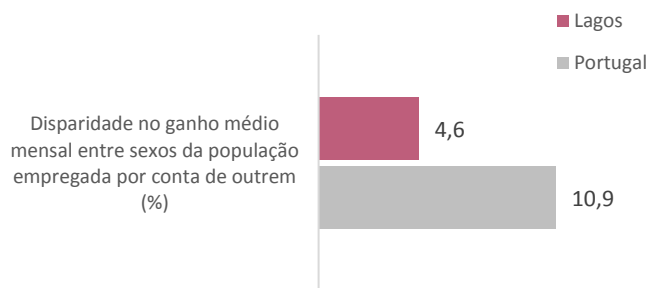
Indicador 8.5.1(a). Ganho médio mensal (€)



Fonte: INE (2015)



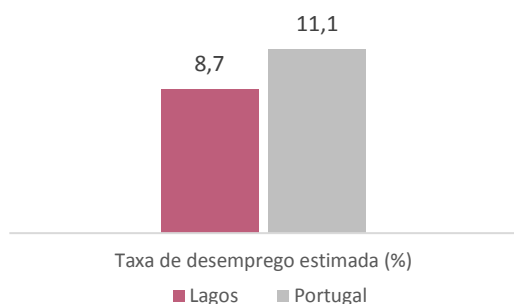
Indicador 8.5.1(b). Disparidade no ganho médio mensal entre sexos da população empregada por conta de outrem (%)



Fonte: INE (2015)



Indicador 8.5.2. Taxa de desemprego estimada (%)



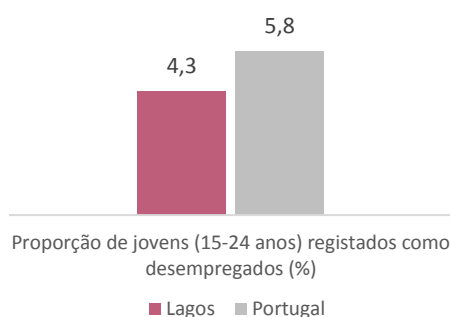
Fonte: Pordata (2016), cálculos CESOP

Estimativa realizada a partir do número de inscritos em centros de emprego e taxa de desemprego estimada pelo INE ao nível NUTII.

Meta 8.6 | Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens não empregados que não estão em educação ou formação



Indicador 8.6.1. Proporção de jovens (15-24 anos) registados como desempregados (%)

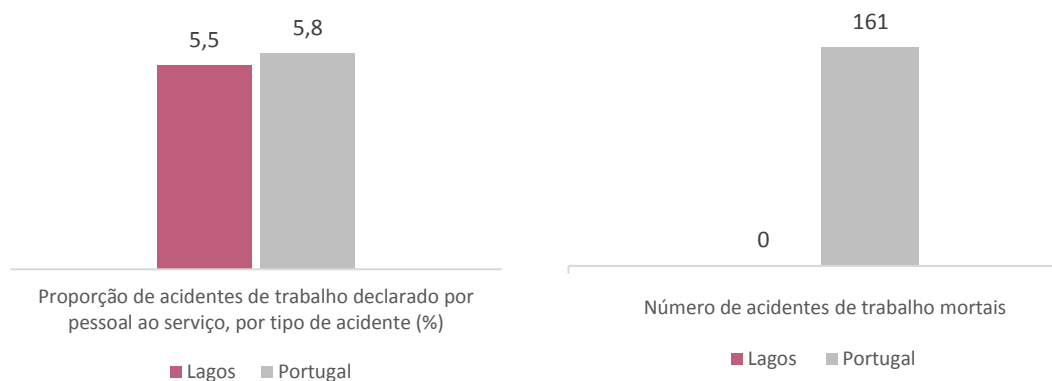


Fonte: Pordata (2016), cálculos CESOP

Meta 8.8 | Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários



Indicador 8.8.1. Proporção de acidentes de trabalho declarado por pessoal ao serviço, por tipo de acidente (%)

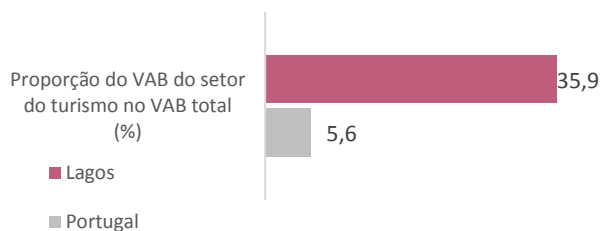


Fonte: GEP/MTSSS (2015), cálculos CESOP

Meta 8.9 | Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais



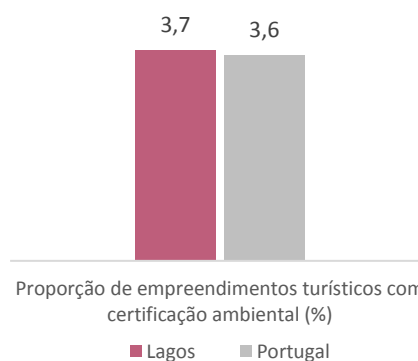
Indicador 8.9.1. Proporção do VAB do setor do turismo no VAB total (%)



Fonte: INE (2016), cálculos CESOP



Indicador 8.9.2. Proporção de empreendimentos turísticos com certificação ambiental (%)



Fonte: RNT (2017), cálculos CESOP



Indicador 8.9.3. Número de alojamentos turísticos com o Galardão "Chave Verde"

0 "Chave Verde" no território

12% dos municípios portugueses têm pelo menos um alojamento que recebeu o galardão "Chave Verde"

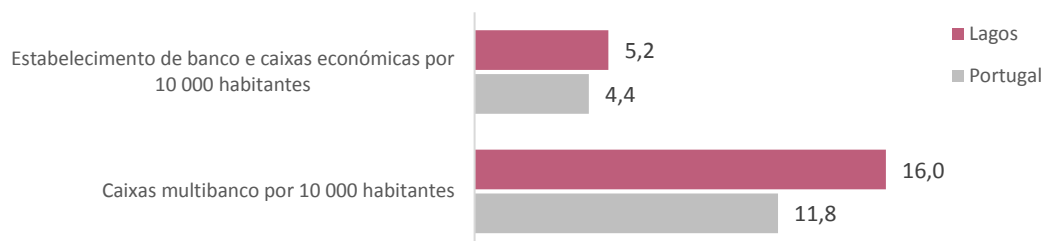
Meta 8.10 | Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos



**Indicador 8.10.1(a).
Estabelecimentos de bancos e
caixas económicas por 10 000 habitantes**



**Indicador 8.10.1(b). Caixas
multibanco por 10 000 habitantes**



Fonte: INE (2016)

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS

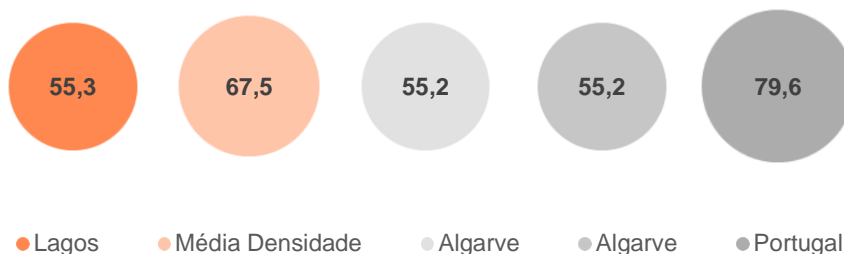
Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Investimentos nas infraestruturas – transportes, sistemas de rega, energia, tecnologias de informação e de comunicação – são essenciais para atingir o desenvolvimento sustentável e o empoderamento das comunidades em muitos países. É reconhecido há muito tempo que o crescimento da produtividade e dos salários, assim como melhoramentos em matéria de saúde e de educação, necessitam de investimento nas infraestruturas.

O desenvolvimento industrial inclusivo e sustentável é a principal fonte de criação de rendimento, permite aumentos rápidos e sustentáveis do nível de vida de todos, e oferece soluções tecnológicas para uma industrialização ambientalmente correta.

O progresso tecnológico é a base para atingir objetivos ambientais, como a utilização ótima dos recursos e das energias. Sem tecnologia e inovação, não haverá industrialização, e sem industrialização, não haverá desenvolvimento.

Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/infrastructure-industrialization/>

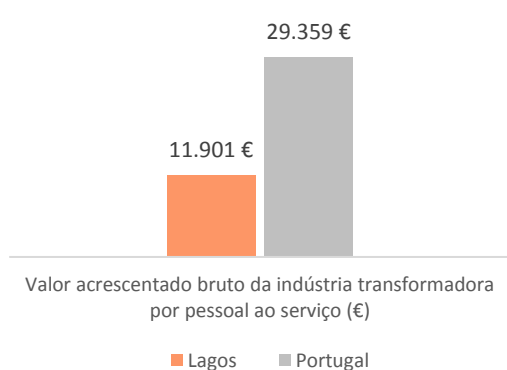


Pontuação Global ODS 9

Meta 9.2 | Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a parcela da indústria no setor do emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e duplicar a sua parcela nos países menos desenvolvidos



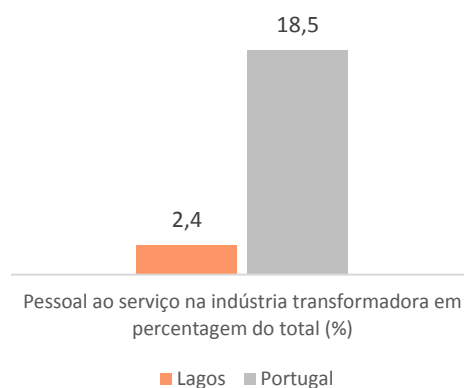
Indicador 9.2.1. Valor acrescentado bruto (VAB) da indústria transformadora per capita



Fonte: INE (2016), cálculos CESOP



Indicador 9.2.2. Pessoal ao serviço na indústria transformadora em percentagem do total (%)

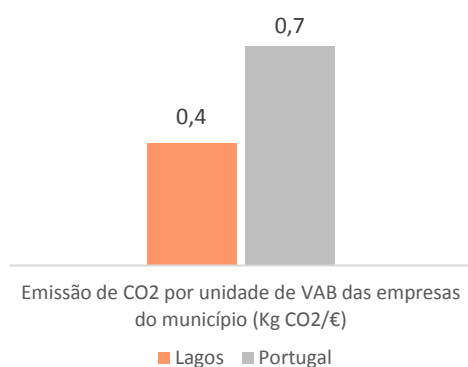


Fonte: INE (2016), cálculos CESOP

Meta 9.4 | Até 2030, modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com as suas respectivas capacidades



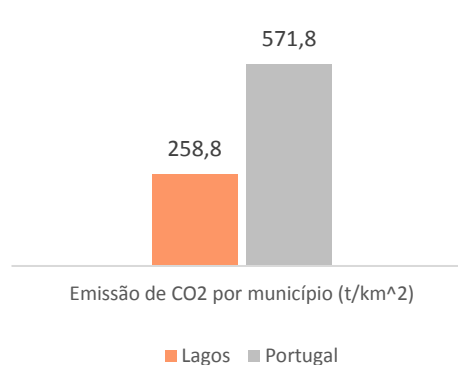
Indicador 9.4.1. Emissão de CO₂ por unidade de VAB das empresas do município (Kg CO₂/€)



Fonte: APA (2015), cálculos CESOP



Indicador 9.4.2. Emissão de CO₂ por município (t/km²)



Fonte: APA (2015), cálculos CESOP

10 REDUZIR AS DESIGUALDADES

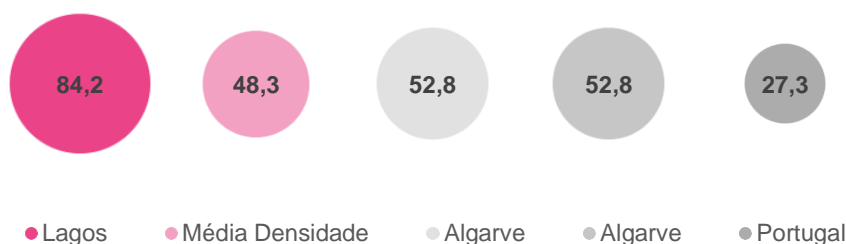
Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

A comunidade internacional realizou grandes progressos no sentido de retirar pessoas da pobreza. As nações mais vulneráveis – os países menos desenvolvidos, os países sem litoral e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento – continuam a realizar avanços na redução da pobreza. Não obstante, ainda subsistem desigualdades e disparidades importantes no acesso aos serviços de saúde, de educação e outros.

Ademais, enquanto as desigualdades entres países diminuíram, as desigualdades dentro dos países aumentaram. Existe um consenso cada vez maior que considera que o crescimento económico não é suficiente para reduzir a pobreza se não for inclusivo e se não envolver as três dimensões do desenvolvimento sustentável – económica, social e ambiental.


Para reduzir as desigualdades, as políticas deverão ser universais e deverão prestar atenção às necessidades das populações desfavorecidas e marginalizadas.

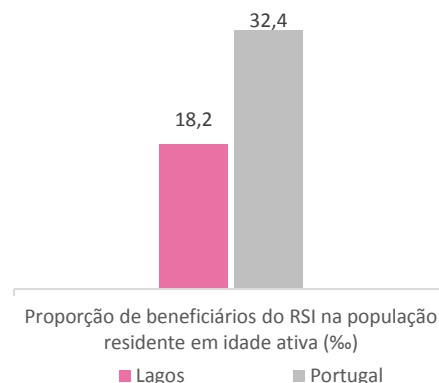
Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/inequality/>



Pontuação Global ODS 10


Meta 10.2 | Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, incapacidade, etnia, origem, religião, condição económica ou outra

 **Indicador 10.2.1. Proporção de beneficiários do RSI na população residente em idade ativa (%)**



Fonte: INE (2016)

Meta 10.7 | Facilitar a migração e a mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas

 **Indicador 10.7.2. Existência de Planos municipais e estruturas para a integração de imigrantes e de práticas inspiradoras de integração de imigrantes**

SIM ✓

49% dos municípios portugueses com uma população estrangeira superior a 1% têm dispositivos para a integração da mesma

Fonte: ACM (2017), cálculos CESOP

11

CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

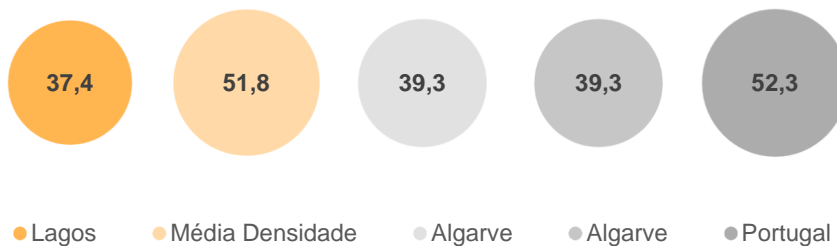
Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

As cidades são centros de ideias, comércio, cultura, ciência, produtividade, desenvolvimento social e muito mais. No seu melhor, as cidades permitem às pessoas evoluir social e economicamente.

No entanto, existem muitos desafios para que as cidades possam continuar a criar empregos e prosperidade sem esgotar os solos e os recursos. Os problemas urbanos mais comuns são os engarrafamentos, a falta de fundos para os serviços básicos, a insuficiência de habitações adequadas e a degradação das infraestruturas.

As dificuldades das cidades podem ser superadas de maneira a permitir que prosperem e cresçam, enquanto melhoram a utilização dos recursos, e reduzem a poluição e a pobreza. O futuro que nós queremos inclui cidades que oferecem oportunidades a todos, com acesso aos serviços básicos, à energia, à habitação, aos transportes e muito mais.

Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/cities/>

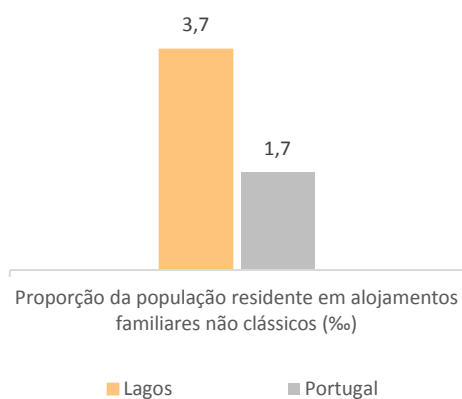


Pontuação Global ODS 11

Meta 11.1 | Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos, e melhorar as condições nos bairros de lata



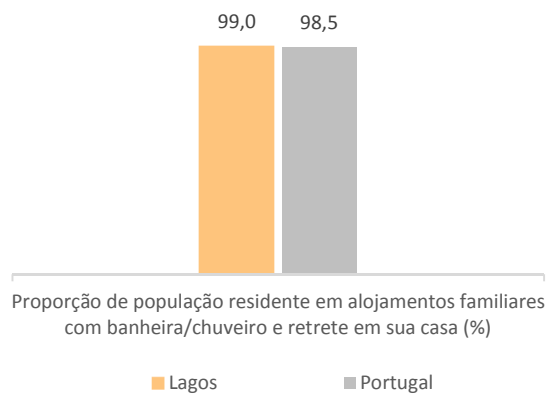
Indicador 11.1.1(a). Proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos (‰)



Fonte: INE (2011), cálculos CESOP



Indicador 11.1.1(b). Proporção da população residente em alojamentos familiares com banheira/chuveiro e retrete em sua casa (%)

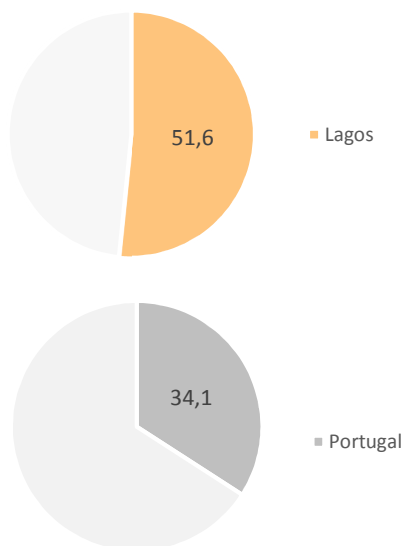


Fonte: INE (2011), cálculos CESOP



Indicador 11.1.2. Peso da renda mediana no salário médio


Peso da renda mediana no salário médio

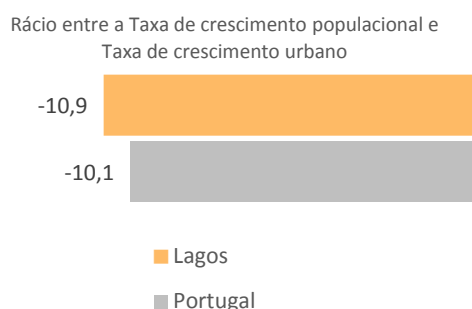


Proporção do rendimento mensal (médio) de um indivíduo destinada ao pagamento da renda (mediana) de um alojamento de 85m².


Fonte: INE (2015 e 2017), cálculos CESOP

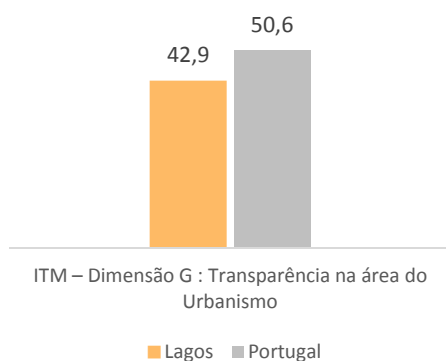
Meta 11.3 | Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para um ordenamento do povoamento humano participativo, integrado e sustentável, em todos os países

 **Indicador 11.3.1. Rácio entre a Taxa de crescimento populacional e Taxa de crescimento urbano**



Fonte: INE (2001-2011), cálculos CESOP

 **Indicador 11.3.2. ITM – Dimensão G : Transparência na área do Urbanismo**




Fonte: Transparência e Integridade (2016)

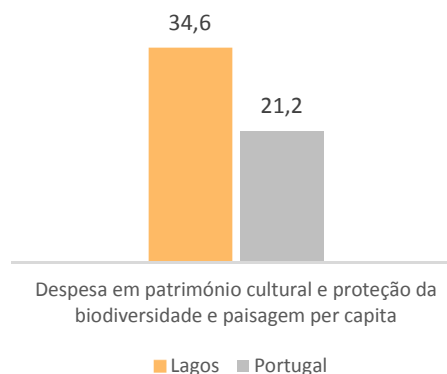
ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL (ITM)

Índice que avalia a disponibilização das informações relativas às atividades da Câmara Municipal no seu *website*.

Esta dimensão avalia a transparência em relação ao ordenamento do território e à gestão urbanística e patrimonial.

Meta 11.4 | Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo

 **Indicador 11.4.1. Despesa em património cultural e proteção da biodiversidade e paisagem per capita**

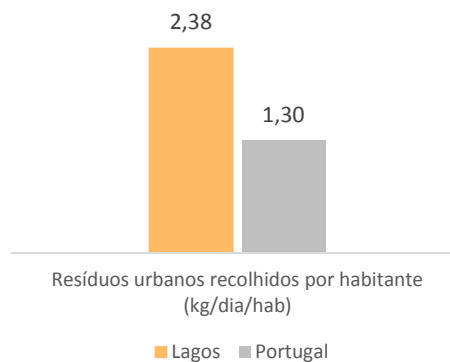


Fonte: Pordata (2016), cálculos CESOP

Meta 11.6 | Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, incluindo prestar especial atenção à qualidade do ar, à gestão de resíduos municipais e de outros resíduos



Indicador 11.6.1. Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/dia/hab)



Fonte: INE (2016), cálculos CESOP

12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS

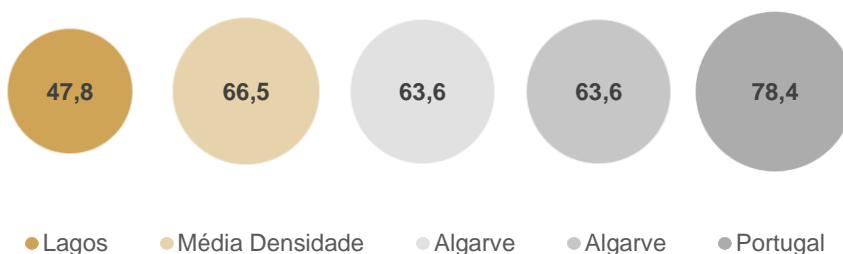
Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

O consumo e a produção sustentáveis promovem a utilização eficiente dos recursos naturais e da energia, infraestruturas sustentáveis, e o acesso a todos aos serviços básicos, a empregos verdes e decentes, e a uma boa qualidade de vida. As suas implementações contribuem para alcançar os planos de desenvolvimento geral, reduzir custos económicos, ambientais e sociais futuros, fortalecer a competitividade económica e reduzir a pobreza.

O consumo e a produção sustentáveis procuram «fazer mais e melhor com menos», aumentando os benefícios socioeconómicos das atividades económicas, reduzindo o uso dos recursos, a degradação e a poluição ao longo do ciclo de vida, enquanto melhora a qualidade de vida. Envolvem as várias partes interessadas, como empresas, consumidores, legisladores, investigadores, cientistas, retalhistas, media, e agências de cooperação para o desenvolvimento, entre outros.

Necessitam também de uma abordagem sistémica e da cooperação entres os diferentes atores na cadeia de abastecimento, dos produtores aos consumidores. Isto implica o envolvimento dos consumidores através da sensibilização e da educação sobre consumo e estilos de vida sustentáveis, fornecendo-lhes informação adequada através normas e etiquetagem, entre outras.

Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-consumption-production/>

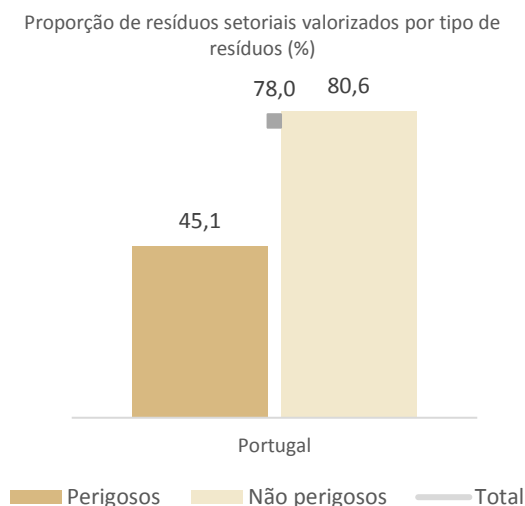


Pontuação Global ODS 12

Meta 12.4 | Até 2020, alcançar a gestão ambientalmente saudável dos produtos químicos e de todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a libertação destes para o ar, água e solo, minimizar os seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente



Indicador 12.4.2. Proporção de resíduos setoriais valorizados por tipo de resíduos (%)



RESÍDUOS SETORIAIS

Os operadores que exercem atividades específicas devem declarar os seus resíduos perigosos e não perigosos apenas quando as quantidades ultrapassam limites definidos por lei.

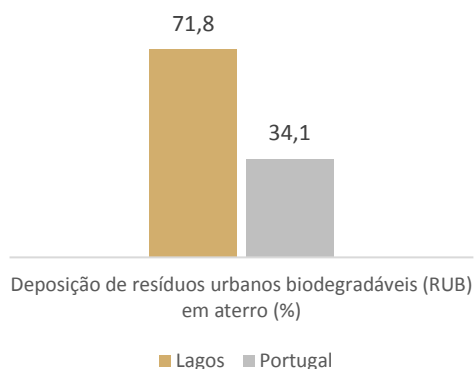
Por conseguinte, os dados estão disponíveis apenas para 38% dos municípios.

Fonte: APA (2013), cálculos CESOP

Meta 12.5 | Até 2030, reduzir substancialmente a produção de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização



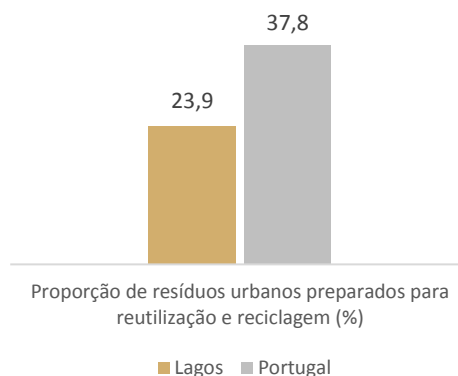
Indicador 12.5.1(a). Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro (%)




Fonte: INE (2016)

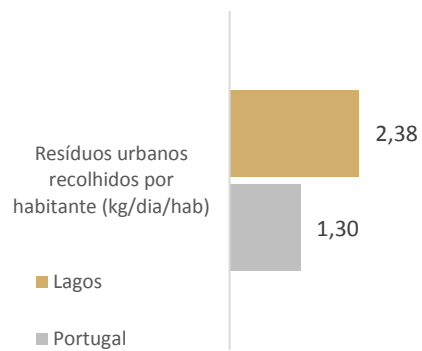


Indicador 12.5.1(b). Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)




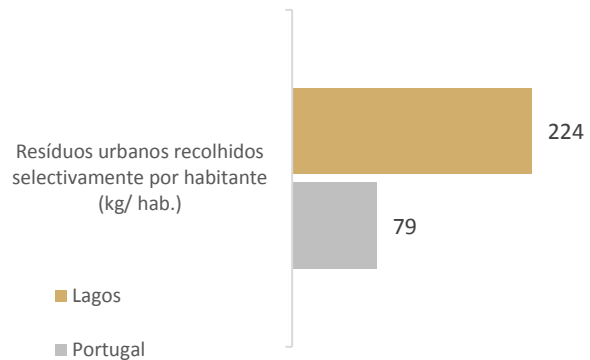
Fonte: INE (2016)

 **Indicador 12.5.2. Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/dia/hab)**



Fonte: INE (2016), cálculos CESOP

 **Indicador 12.5.3. Resíduos urbanos recolhidos seletivamente por habitante (kg/ hab.)**



Fonte: INE (2016)

13 AÇÃO CLIMÁTICA

Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

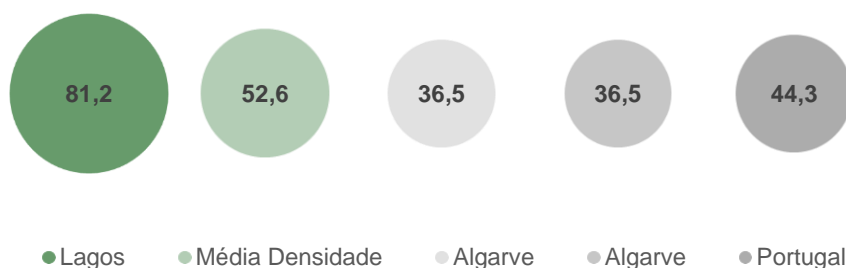
As alterações climáticas estão a prejudicar todos os países em todos os continentes. Perturbam as economias nacionais e afetam a vida das pessoas, comunidades e países de maneira significativa hoje, e ainda mais no futuro.

As pessoas estão a experimentar diretamente as consequências das alterações climáticas, que incluem mudanças nos padrões de clima, aumento do nível do mar e aumento da frequência de fenómenos meteorológicos extremos. A emissão de gases de efeito estufa resultante da atividade humana continua a subir e está agora no seu nível máximo de sempre. Se não atuarmos, a temperatura média da superfície do planeta deverá aumentar cerca de 3 graus centígrados este século. As pessoas mais pobres e vulneráveis serão as mais prejudicadas.

Temos hoje, soluções disponíveis e viáveis para que os países possam evoluir para economias mais resilientes e amigas do ambiente. O ritmo da mudança está a acelerar à medida que mais e mais pessoas estão a virar-se para as energias renováveis e outras medidas de redução de emissões e adaptação às mudanças.

A mudança de clima é um desafio global, que não respeita as fronteiras. Emissões em qualquer lado, afetam as pessoas em todo lado. É um problema que necessita soluções coordenadas ao nível internacional, e uma cooperação internacional para ajudar os países em desenvolvimento a evoluir para uma economia de baixo carbono.

Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/climate-change-2/>



Pontuação Global ODS 13

Meta 13.1 | Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais em todos os países



Indicador 13.1.3. Participação do município na Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas

SIM ✓

10% dos municípios portugueses integraram o projeto ClimAdaPT.Local

Fonte: ClimAdaPT.Local

Meta 13.3 | Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas



Indicador 13.3.1. Participação no projeto ECOXXI e Eco-escolas

SIM ✓

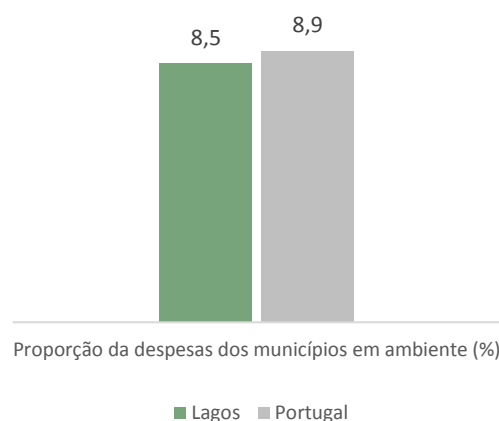
74% dos municípios portugueses participam num desses dois projetos

Fonte: ABAE (2016)

Meta 13.a | Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas [UNFCCC, em inglês] de mobilizarem, em conjunto, 100 mil milhões de dólares por ano, a partir de 2020, a partir de variadas fontes, de forma a responder às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações significativas de mitigação e implementação transparente; e operacionalizar o Fundo Verde para o Clima por meio da sua capitalização o mais cedo possível



Indicador 13.a.1. Proporção das despesas dos municípios em ambiente (%)



Fonte: Pordata (2016)

14 PROTEGER A VIDA MARÍTIMA

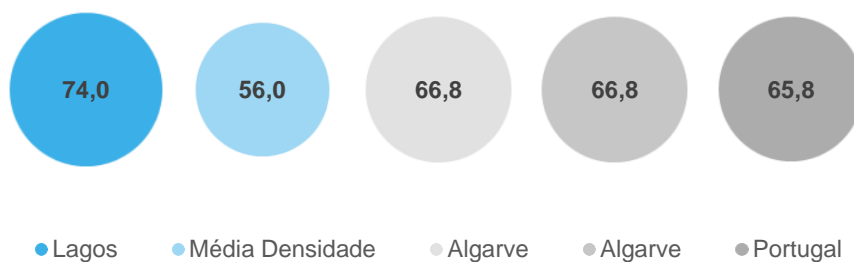
Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Os oceanos do mundo – as suas temperaturas, composição química, correntes e vida – são a fonte dos sistemas mundiais que permitem à humanidade viver sobre a Terra.

A água da chuva, a água potável, o clima, os litorais, uma boa parte da nossa comida e até o oxigénio no ar, são fornecidos e regulados pelo mar. Ao longo da história, os oceanos e os mares foram essenciais para o comércio e o transporte.

Uma gestão prudente deste recurso vital é um elemento-chave para um futuro sustentável.

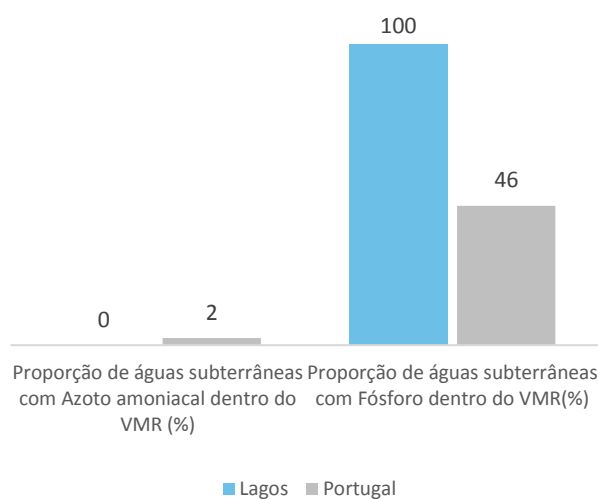
Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/oceans/>



Pontuação Global ODS 14

Meta 14.1 | Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marítima de todos os tipos, especialmente a que advém de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes

Indicador 14.1.1. Proporção de águas subterrâneas com nutrientes dentro do Valor Máximo Recomendado por tipo de nutriente (%)



Fonte: SNIRH (2008-2016), cálculos CESOP

EUTROFIZAÇÃO

O processo de eutrofização corresponde ao aumento natural ou cultural/artificial de nutrientes (fósforo, azoto, ...) num ambiente aquático. Esta evolução para um estado eutrófico provoca crescimentos excessivos das plantas e algas, provocando uma série de problemas. Este processo altera a qualidade da água, podendo torná-la imprópria para consumo humano e animal, e pode mesmo destruir a biota aquática.

Indicador 14.1.2. Galardão atribuído para a qualidade das praias e das águas balneares

SIM ✓

76% dos municípios portugueses com águas balneares e praias receberam uma Bandeira Azul (ABAE) ou um Galardão de Ouro (Quercus)

Meta 14.5 | Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível



Indicador 14.5.1. Proporção do mar territorial coberto por Áreas Marinhas Protegidas (%)

Fonte: WWF (2016)

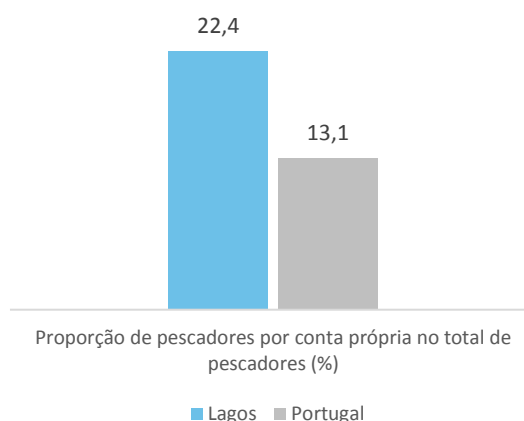
4,7% do mar territorial de Portugal está coberto por AMP

Meta 14.b | Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados



Indicador 14.b.1. Proporção de pescadores por conta própria no total de pescadores (%)

Assume-se como valor ideal uma percentagem de pescadores por conta própria semelhante à percentagem de trabalhadores por conta própria em geral.



Fonte: INE (2011), cálculos CESOP

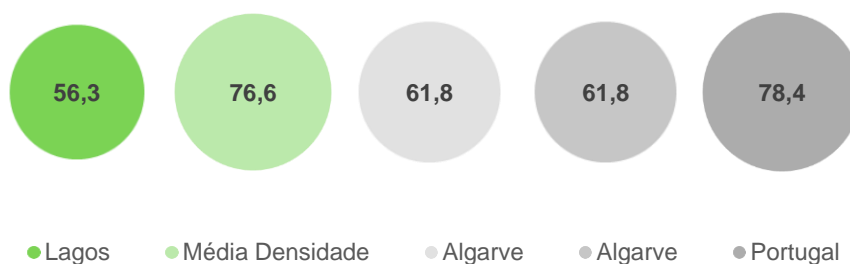
15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE

Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade

As florestas cobrem 30% da superfície da Terra, e além de nos fornecerem segurança alimentar e abrigo, elas são também elementos-chave para lutar contra as mudanças climáticas, proteger a biodiversidade e os lares das populações indígenas. Treze milhões de hectares desaparecem por ano, enquanto a degradação persistente das zonas áridas leva à desertificação de 3,6 mil milhões de hectares.

A desflorestação e a desertificação – que resultem das atividades humanas e das alterações climáticas – constituem um desafio importante para o desenvolvimento sustentável e afetam negativamente as vidas de milhões de pessoas que lutam contra a pobreza. Estão a ser feitos esforços para gerir as florestas e combater a desertificação.

Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/biodiversity/>

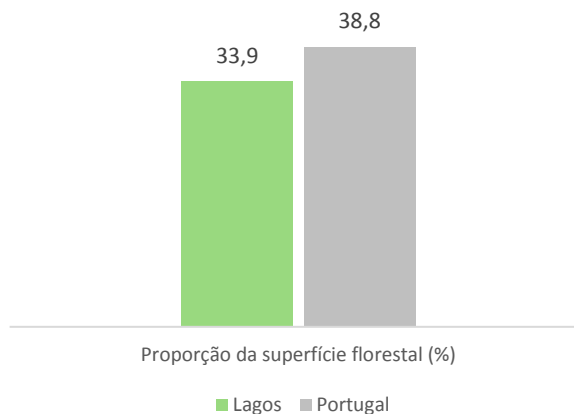


Pontuação Global ODS 15

Meta 15.1 | Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interior e os seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais



Indicador 15.1.1. Proporção da superfície florestal (%)



Fonte: DGT (2010)



Indicador 15.1.2. Rácio entre as áreas que pertencem à Rede Natura 2000 e as áreas protegidas



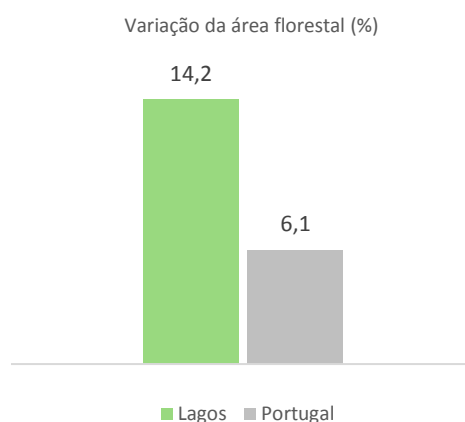
Fonte: INE (2015), cálculos CESOP

REDE NATURA 2000

Rede ecológica estabelecida pela União Europeia como principal instrumento para a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa

Meta 15.2 | Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, travar a deflorestação, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente os esforços de florestação e reflorestação, a nível global

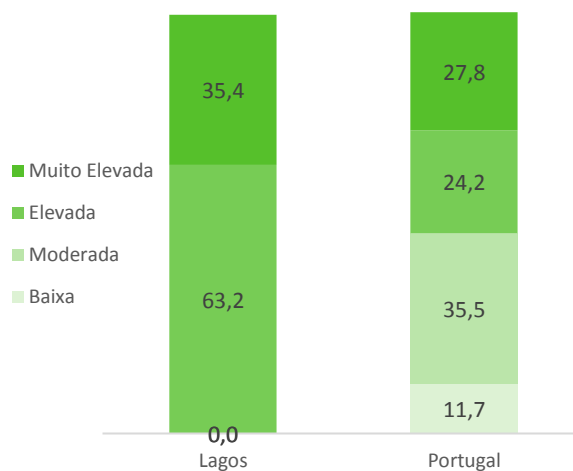
Indicador 15.2.1. Variação da área florestal 1995-2010 (%)



Fonte: DGT (2015)

Meta 15.3 | Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo

Indicador 15.3.1. Nível de suscetibilidade dos solos à desertificação



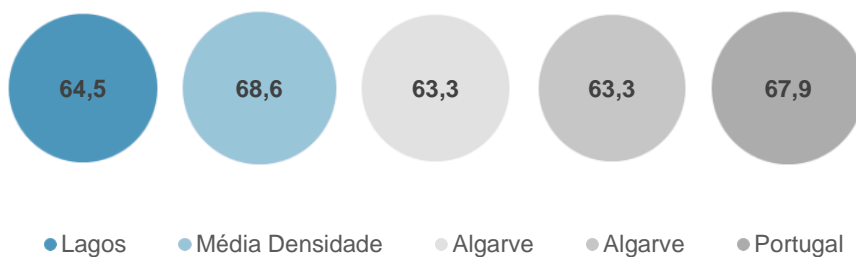
Fonte: ICNF (2004), cálculos CESOP

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/peace-justice/>



Pontuação Global ODS 16

Meta 16.1 | Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade com ela relacionadas, em todos os lugares



Indicador 16.1.1. Proporção de homicídios (por 100 000)

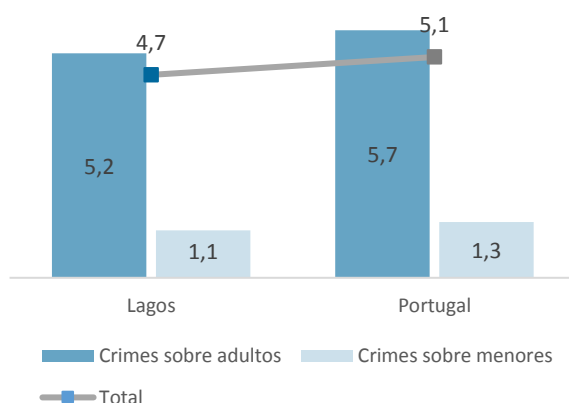


Fonte: DGPJ (2016), cálculos CESOP



Indicador 16.1.3. Proporção de crimes relacionados com a violência física, psicológica ou sexual por ciclo de vida (%)

Proporção de crimes relacionados com a violência física, psicológica ou sexual por ciclo de vida (%)



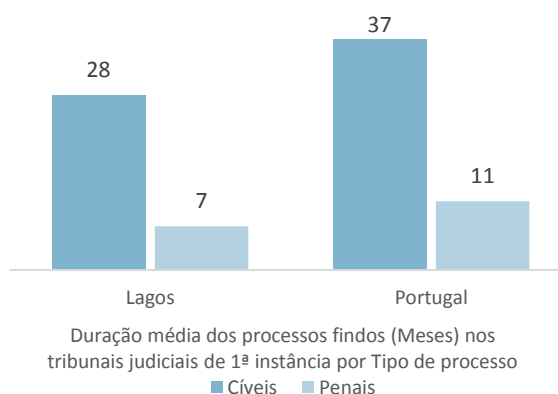
Os crimes aqui referidos são: ofensas à integridade física simples e graves; violência doméstica com cônjuge, com menores, e outras violências domésticas; maus tratos/sobrecarga de menores; outros de maus tratos; violação; abuso sexual de crianças/adolescentes/menores dependentes

Fonte: DGPJ (2016), cálculos CESOP

Meta 16.3 | Promover o Estado de Direito, ao nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos



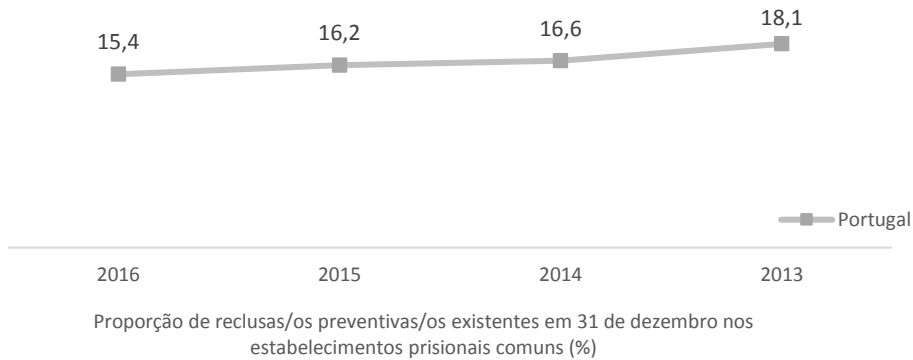
Indicador 16.3.1. Duração média dos processos findos (Meses) nos tribunais judiciais de 1ª instância por Tipo de processo



Fonte: INE (2013)



Indicador 16.3.2. Proporção de reclusos/os preventivos/os existentes em 31 de dezembro nos estabelecimentos prisionais comuns (%)

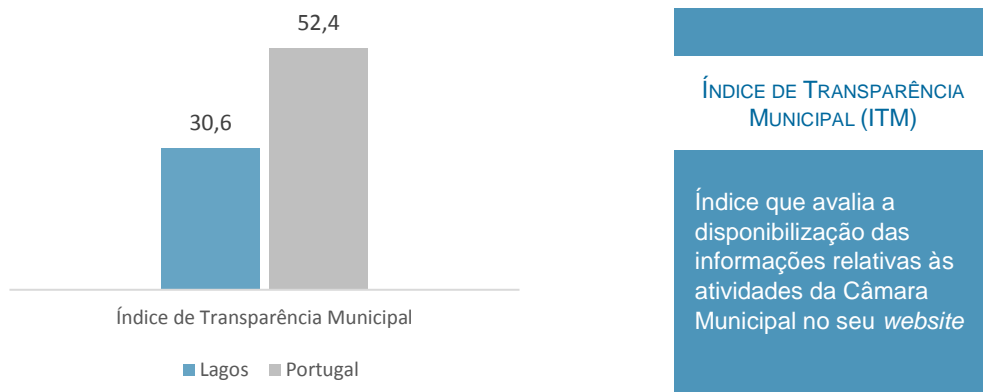


Fonte: INE (2016)

Meta 16.6 | Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis



Indicador 16.6.1. Índice de Transparência e Integridade Municipal (ITM)

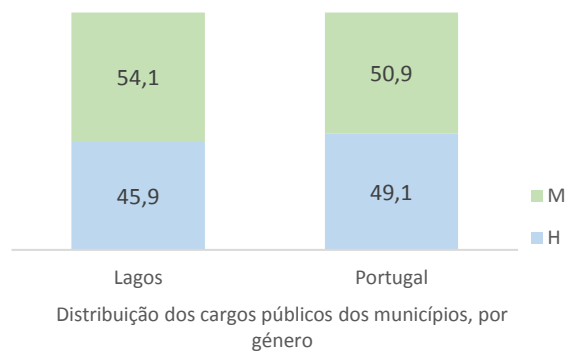


Fonte: Transparência e Integridade (2016)

Meta 16.7 | Garantir que a tomada de decisão, a todos os níveis, é responsável, inclusiva, participativa e representativa



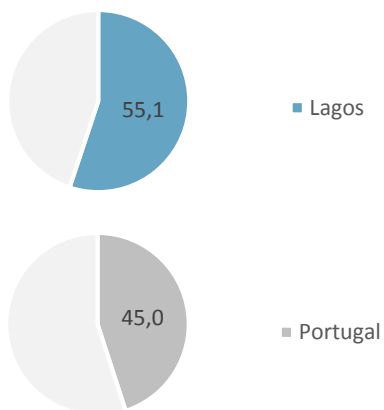
Indicador 16.7.1. Distribuição dos cargos públicos dos municípios, por género



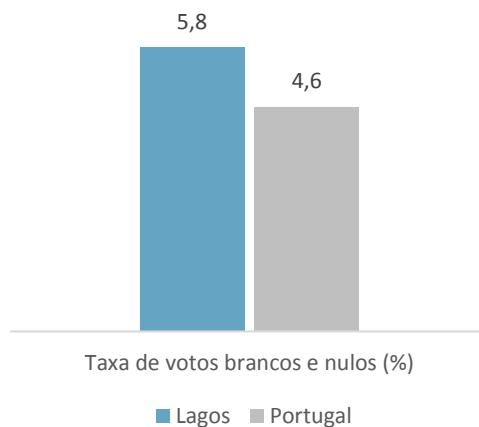
Fonte: Pordata (2016), cálculos CESOP

Indicador 16.7.2(a). Taxa de abstenção nas eleições para as Autarquias Locais (%)

Taxa de abstenção nas eleições para as Autarquias Locais (%)



Indicador 16.7.2(b). Taxa de votos brancos e nulos (%)



Fonte: Portal de Transparência municipal (2017), cálculos CESOP

Meta 16.9 | Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registo de nascimento

Indicador 16.9.1. Proporção de crianças com menos de 5 anos com registo de nascimento numa autoridade de registo civil (%)



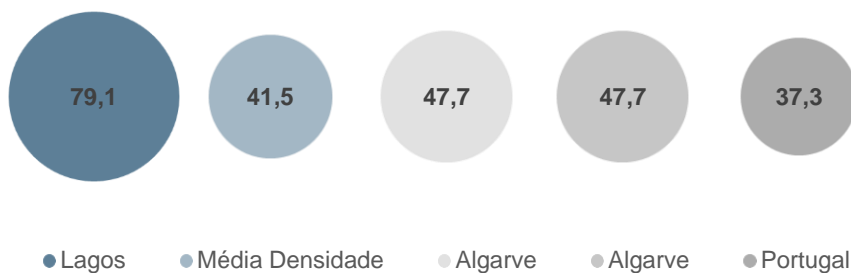
17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Uma agenda de desenvolvimento sustentável bem sucedida necessita de uma parceria entre os governos, a sociedade civil e o setor privado. Estas parcerias inclusivas construídas sobre princípios e valores, uma visão partilhada e objetivos comuns que colocam as pessoas e o planeta no centro, são indispensáveis aos níveis global, regional, nacional e local.


São necessárias medidas urgentes para mobilizar, redirecionar e desbloquear o poder transformador de triliões de dólares de recursos privados para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável. Investimentos de longo prazo, incluindo investimentos diretos estrangeiros, são necessários em setores fundamentais, principalmente nos países em desenvolvimento. Trata-se dos setores das energias sustentáveis, das infraestruturas e dos transportes, assim como das tecnologias da informação e da comunicação. O setor público precisa de estabelecer uma direção clara. Rever e monitorizar os enquadramentos, os regulamentos, e as estruturas de incentivos, de modo a potenciar esses investimentos e assim fortalecer o desenvolvimento sustentável. Devem ser reforçados os mecanismos de supervisão nacional.


Fonte: ONU, <https://www.un.org/sustainabledevelopment/globalpartnerships/>

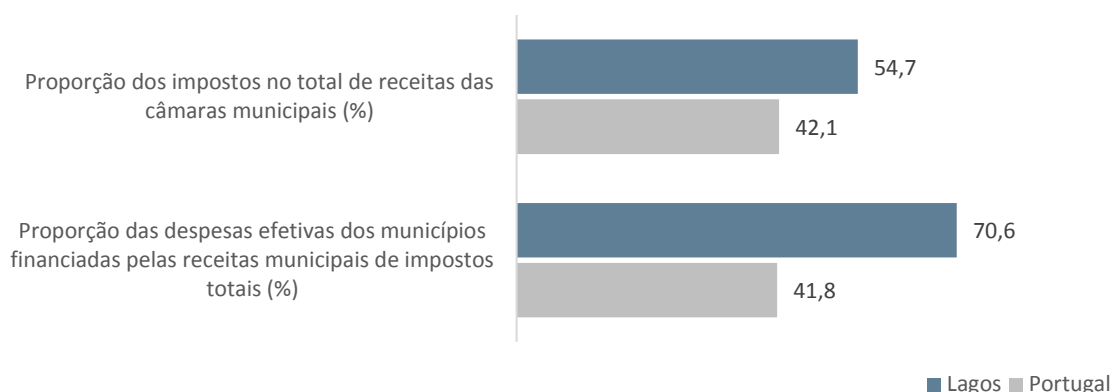


Pontuação Global ODS 17

Meta 17.1 | Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive através do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional de cobrança de impostos e outras fontes de receita

 **Indicador 17.1.1. Proporção dos impostos no total de receitas das câmaras municipais (%)**

 **Indicador 17.1.2. Proporção das despesas efetivas dos municípios financiadas pelas receitas municipais de impostos totais (%)**

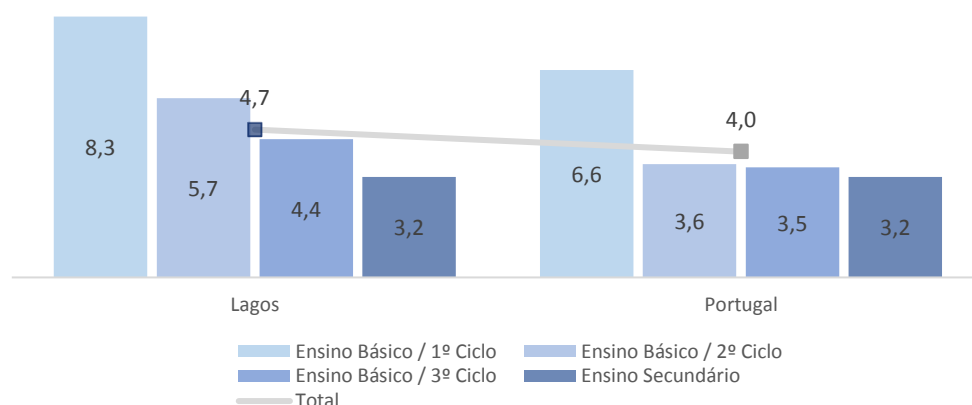


Fonte: INE (2016), cálculos CESOP

Meta 17.8 | Operacionalizar plenamente o banco de tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos

 **Indicador 17.8.1. Média de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior por computador com ligação à Internet e Nível de ensino (Nº)**

Média de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior por computador com ligação à Internet e Nível de ensino (Nº)



Fonte: Pordata (2016), cálculos CESOP

Meta 17.16 | Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e partilhem o conhecimento, a perícia, a tecnologia e os recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento



Indicador 17.16.1. Participação no projeto "Territórios Sustentáveis"

SIM ✓

7% dos municípios portugueses integraram a Rede CESOP-Local

ANEXOS



		Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Densidade	
		Lagos	Algarve	Algarve	Portugal	Média Densidade	
Resultado Global (0-100)		65,53	59,34	59,34	63,05	63,83	
ODS 1 (0-100)		57,94	55,60	55,60	42,19	57,28	
Meta 1.2 (0-100)		68,39	49,43	49,43	5,35	47,21	
1.2.1	Proporção de beneficiários do RSI na população residente em idade ativa (%)	18,18	22,97	22,97	32,40	30,90	
Meta 1.4 (0-100)		74,70	68,69	68,69	76,22	77,56	
1.4.1(a)	Proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos (%)	3,74	4,04	4,04	1,65	1,72	
1.4.1(b)	Proporção de população residente em alojamentos familiares com banheira/chuveiro e retrete em sua casa (%)	98,99	98,03	98,03	98,50	98,34	
1.4.2	Proporção de mulheres no total de empregadores na agricultura (%)	Empregadores	27,27	30,46	30,46	29,78	32,07
		Conta própria	14,71	15,42	15,42	23,37	28,45
Meta 1.a (0-100)		30,73	48,69	48,69	44,99	47,09	
1.a.1	Despesas correntes para famílias e IPSSs no total da despesa (%)	2,91	4,86	4,86	5,76	6,54	
1.a.2	Despesas correntes para famílias e IPSSs per capita (€)	30,42	44,48	44,48	29,75	30,99	
ODS 2 (0-100)		49,72	37,97	37,97	33,34	29,76	
Meta 2.1 (0-100)		68,67	68,67	68,67	57,33	53,30	
2.1.1	Prevalência da obesidade na população residente com 18 e mais anos de idade, por Sexo (%)	Total	14,70	14,70	14,70	16,40	17,00
		H	13,50	13,50	13,50	15,10	15,59
		M	15,70	15,70	15,70	17,50	18,23
Meta 2.4 (0-100)		30,77	7,27	7,27	9,35	6,22	
2.4.1	Proporção de produtores e preparadores agrícolas biológicos (%)	15,38	3,64	3,64	4,68	3,11	
ODS 3 (0-100)		75,03	81,43	81,43	90,76	87,50	
Meta 3.1 (0-100)		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
3.1.1	Óbitos por causa de complicações da gravidez, parto e puerpério (Nº)	0	0	0	6	0,00	
3.1.2	Proporção de nascimentos de nados-vivos assistidos por pessoal de saúde qualificado (%)	100,00	99,95	99,95	99,97	99,98	
Meta 3.2 (0-100)		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
3.2.1	Óbitos de crianças 0 - 4 anos por 1 000 nados-vivos (‰)	0,00	3,35	3,35	3,83	2,94	
3.2.2	Taxa de mortalidade neonatal (‰)	0,00	2,16	2,16	2,32	1,91	
Meta 3.3 (0-100)		98,40	97,51	97,51	88,10	94,78	
3.3.1	Número de novos casos de infeção por VIH por 1 000 habitantes	0,07	0,07	0,07	0,10	0,05	
Meta 3.4 (0-100)		50,00	55,91	55,91	77,71	74,49	
3.4.1	Taxa de mortalidade (30 a 70 anos) atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crónicas respiratórias por 100 000 habitantes	308,17	308,96	308,96	289,82	283,58	
3.4.2	Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) por 100 000 habitantes por Sexo	Total	16,28	13,82	13,82	9,46	10,57
		H	27,42	24,13	24,13	15,28	15,89
		M	6,20	4,35	4,35	4,22	4,92
Meta 3.5 (0-100)		60,34	46,62	46,62	73,14	79,89	
3.5.1	Taxas de utentes registados com problemas relacionados com consumo de droga no grupo etário 15-64 anos (%)	Total	6,57	8,78	8,78	4,12	3,24
		H	11,03	14,91	14,91	7,17	5,74
		M	2,43	2,99	2,99	1,26	0,89
3.5.2	Taxas de utentes registados com problemas relacionados com consumo de álcool no grupo etário 15-64 anos (%)	Total	1,97	2,36	2,36	1,98	1,58
		H	3,15	4,05	4,05	3,33	2,74
		M	0,88	0,77	0,77	0,72	0,49
Meta 3.6 (0-100)		6,20	59,78	59,78	100,00	80,70	
3.6.1	Taxa de mortalidade por acidentes de transporte por 100 000 habitantes	16,28	11,78	11,78	6,98	7,70	
Meta 3.7 (0-100)		100,00	100,00	100,00	100,00	99,53	
3.7.2	Taxa de fecundidade na adolescência (‰)	8,50	11,00	11,00	8,10	7,00	
Meta 3.9 (0-100)		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
3.9.1	Taxa de mortalidade atribuída a poluição ambiente e doméstica do ar por 100 000 habitantes	17,00	17,00	17,00	17,00	17,00	
3.9.3	Envenenamento (intoxicação) accidental por drogas, medicamentos e substâncias biológicas (Nº)	1	3	3	69	0,25	
Meta 3.c (0-100)		60,32	73,08	73,08	77,93	58,10	
3.c.1	Principais profissionais de saúde por especialidade (%)	Médicas/os	3,09	3,82	3,82	4,87	2,85
		Farmacêuticos/os	1,07	0,87	0,87	1,21	0,95
		Enfermeiras/os	3,91	5,95	5,95	6,74	5,00
		Dentistas	0,55	0,75	0,75	0,89	0,67

				Lagos	Algarve	Algarve	Portugal	Média Densidade	
ODS 4 (0-100)				60,76	61,21	61,21	70,05	66,84	
Meta 4.1 (0-100)				19,50	25,11	25,11	50,55	49,89	
4.1.1	Proporção de alunas/os que obtiveram uma nota negativa na 1ª fase das provas finais do 3º Ciclo por Sexo e Prova	Português	Total	45,94	42,96	42,96	39,27	41,80	
			H	43,93	37,31	37,31	34,79	37,96	
			M	25,00	23,64	23,64	20,79	23,41	
			Matemática	H	60,75	55,35	55,35	52,39	54,25
				M	57,14	55,79	55,79	49,37	52,00
4.1.2	Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário por Tipo de curso (%)	Total	78,60	80,00	80,00	84,30	84,22		
		Curso gerais	75,70	77,60	77,60	82,00	82,34		
		Curso profissionais	84,40	84,30	84,30	88,40	87,48		
4.1.3	Taxa de retenção/ desistência no ensino básico por Nível de ensino (%)	Total	8,70	8,90	8,90	6,60	6,50		
		1º Ciclo	4,30	5,30	5,30	3,70	3,95		
		2º Ciclo	9,90	9,30	9,30	6,70	6,16		
		3º Ciclo	14,20	13,70	13,70	10,00	9,82		
Meta 4.2 (0-100)				89,33	87,56	87,56	91,33	87,55	
4.2.2	Taxa de pré-escolarização por Sexo (%)	Total	90,20	89,40	89,40	91,10	96,54		
		H	89,70	89,30	89,30	91,70	98,00		
		M	90,80	89,50	89,50	90,50	95,30		
Meta 4.3 (0-100)				43,63	42,85	42,85	56,75	49,30	
4.3.1	Proporção de população com 15-69 anos de idade a frequentar o ensino secundário e superior (%)		10,78	10,72	10,72	11,81	11,25		
Meta 4.6 (0-100)				51,35	50,52	50,52	51,63	47,46	
4.6.1	Taxa de analfabetismo por Sexo (%)*	Total	5,25	5,34	5,34	5,22	6,80		
		H	4,63	4,58	4,58	3,51	4,88		
		M	5,83	6,06	6,06	6,77	8,54		
Meta 4.c (0-100)				100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
4.c.1	Proporção de professores que receberam a formação básica de professores (%)		100	100	100	100	100		
ODS 5 (0-100)				76,83	71,28	71,28	76,52	79,41	
Meta 5.2 (0-100)				68,48	42,17	42,17	62,45	71,86	
5.2.1	Proporção estimada de lesadas/ofendidas em crimes registados como Violência doméstica pelo cônjuge ou análogo (‰)		3,41	4,78	4,78	4,78	4,22		
5.2.2	Proporção de lesados/ofendidos em crimes registados como Violação por 100 000 habitantes com 15 anos e mais de idade		3,84	8,00	8,00	4,11	2,86		
Meta 5.3 (0-100)				100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
5.3.1	Proporção das jovens entre 16 e 19 anos de idade que casaram (‰)		4,04	2,18	2,18	1,62	2,20		
Meta 5.5 (0-100)				67,83	70,01	70,01	67,04	65,35	
5.5.2(a)	Proporção de mulheres em cargos de chefia (%)		34,19	35,83	35,83	33,93	32,49		
5.5.2(b)	Proporção de mulheres nos empregadores (%)		32,18	32,65	32,65	30,51	29,67		
Meta 5.a (0-100)				70,99	72,94	72,94	76,57	80,43	
5.a.1	Proporção de mulheres no total de dirigentes na agricultura por tipo de situação na profissão (%)	Empregador	27,27	30,46	30,46	29,78	32,07		
		Conta própria	14,71	15,42	15,42	23,37	28,45		
5.a.2	Direitos iguais à propriedade e controlo da terra		100	100	100	100	100		
ODS 6 (0-100)				70,84	69,80	69,80	83,99	83,61	
Meta 6.1 (0-100)				100,00	99,80	99,80	100,00	99,88	
6.1.1	Proporção de população residente em alojamentos familiares com água canalizada (%)		99,48	98,90	98,90	99,41	99,41		
Meta 6.2 (0-100)				100,00	100,00	100,00	100,00	99,92	
6.2.1	Proporção de população residente em alojamentos familiares com banheira/chuveiro e retrete em sua casa (%)		98,99	98,03	98,03	98,50	98,34		
Meta 6.3 (0-100)				83,35	79,42	79,42	76,95	66,30	
6.3.1	Proporção das águas residuais tratadas (%)		100,00	93,40	93,40	106,92	99,12		
6.3.2	Proporção de massas de água com boa qualidade ambiental (%)		66,70	76,10	76,10	53,90	38,22		
Meta 6.4 (0-100)				0,00	0,00	0,00	59,02	68,33	
6.4.1	Água distribuída por habitante (m3/hab.)		134,85	126,92	126,92	65,45	62,36		
ODS 7 (0-100)				76,45	79,63	79,63	86,82	87,46	
Meta 7.1 (0-100)				100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
7.1.1	Percentagem da população com acesso à eletricidade (%)		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		
7.1.2	Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas (%)		95,00	95,00	95,00	95,00	95,00		
Meta 7.2 (0-100)				100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
7.2.1	Percentagem de energia renovável no consumo de energia final bruto (%)		28,50	28,50	28,50	28,50	28,50		

	Lagos	Algarve	Algarve	Portugal	Média Densidade	
Meta 7.3 (0-100)	29,36	38,90	38,90	60,47	62,39	
7.3.1 Signatário do Pacto de Autarca para o Clima e Energia	0	13%	13%	31%	35%	
7.3.2 Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.)	2219,60	2015,90	2015,90	1267,40	1266,47	
ODS 8 (0-100)	66,69	64,78	64,78	56,90	53,33	
Meta 8.1 (0-100)	64,21	70,54	70,54	75,00	62,50	
8.1.1 Taxa de variação anual do PIB per capita	5,44	5,44	5,44	3,31	3,68	
8.1.2 Poder de compra per capita	88,31	95,17	95,17	100,00	85,26	
Meta 8.3 (0-100)	71,69	61,91	61,91	64,69	54,17	
8.3.1 Proporção de trabalhadores familiares não remunerados nos setores secundário e terciário por Sexo (‰)	Total	3,38	4,37	4,37	4,09	6,04
	H	2,23	3,20	3,20	2,37	3,01
	M	4,56	5,58	5,58	5,92	9,71
Meta 8.5 (0-100)	56,80	55,50	55,50	41,77	51,10	
8.5.1(a) Ganho médio mensal (€)	869,60	926,10	926,10	1094,10	919,41	
8.5.1(b) Disparidade no ganho médio mensal entre sexos da população empregada por conta de outrem (%)	4,60	7,50	7,50	10,90	9,66	
8.5.2 Taxa de desemprego estimada (%)	8,67	9,20	9,20	11,10	9,16	
Meta 8.6 (0-100)	83,18	78,36	78,36	66,67	73,06	
8.6.1 Proporção de jovens (15-24 anos) registados como desempregados (%)	4,35	4,76	4,76	5,78	5,21	
Meta 8.8 (0-100)	54,84	70,13	70,13	50,00	44,67	
8.8.1 Proporção de acidentes de trabalho declarado por pessoal ao serviço, por tipo de acidente (%)	Total	5,52	4,51	4,51	5,84	6,19
	Não mortais (Nº)	605	7520	7520	208296	2732
	Mortais (Nº)	0	7	7	161	1,84
Meta 8.9 (0-100)	53,70	41,16	41,16	39,86	35,55	
8.9.1 Proporção do VAB do setor do turismo no VAB total (%)	35,88	29,73	29,73	5,56	8,10	
8.9.2 Proporção de empreendimentos turísticos com certificação ambiental (%)	3,70	2,36	2,36	3,62	4,05	
8.9.3 Número de alojamentos turísticos com o Galardão "Chave Verde"	0,00	19%	19%	12%	17%	
Meta 8.10 (0-100)	82,38	75,83	75,83	60,28	52,29	
8.10.1(a) Estabelecimento de banco e caixas económicas por 10 000 habitantes	5,21	4,94	4,94	4,45	4,01	
8.10.1(b) Caixas multibanco por 10 000 habitantes	16,00	14,90	14,90	11,80	11,07	
ODS 9 (0-100)	55,27	55,25	55,25	79,56	67,16	
Meta 9.2 (0-100)	13,87	21,52	21,52	75,00	58,07	
9.2.1 Valor acrescentado bruto da indústria transformadora por pessoal ao serviço (€)	11900,72	15807,61	15807,61	29359,08	23572,47	
9.2.2 Pessoal ao serviço na indústria transformadora em percentagem do total (%)	2,40	3,64	3,64	18,53	22,29	
Meta 9.4 (0-100)	96,68	88,98	88,98	84,13	76,25	
9.4.1 Emissão de CO2 por unidade de VAB das empresas do município (Kg CO2/€)	0,37	0,61	0,61	0,66	0,94	
9.4.2 Emissão de CO2 por município (t/km²)	258,83	269,24	269,24	571,83	818,35	
ODS 10 (0-100)	84,19	52,84	52,84	27,26	50,47	
Meta 10.2 (0-100)	68,39	49,43	49,43	5,35	47,21	
10.2.1 Proporção de beneficiários do RSI na população residente em idade ativa (‰)	18,18	22,97	22,97	32,40	30,90	
Meta 10.7 (0-100)	100,00	56,25	56,25	49,18	53,73	
10.7.2 Existência de Planos municipais e estruturas para a integração de imigrantes e de práticas inspiradoras de integração de imigrantes	1	56%	56%	49%	54%	
ODS 11 (0-100)	37,39	39,33	39,33	52,31	51,83	
Meta 11.1 (0-100)	60,70	53,40	53,40	68,33	73,03	
11.1.1(a) Proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos (‰)	3,74	4,04	4,04	1,65	1,72	
11.1.1(b) Proporção da população residente em alojamentos familiares com banheira/chuveiro e retrete em sua casa (%)	98,99	98,03	98,03	98,50	98,34	
11.1.2 Peso da renda mediana no salário médio	51,61	45,89	45,89	34,11	31,65	
Meta 11.3 (0-100)	48,00	55,09	55,09	53,51	50,08	
11.3.1 Rácio entre a Taxa de crescimento populacional e Taxa de crescimento urbano	-10,85	-9,74	-9,74	-10,10	-11,75	
11.3.2 ITM – Dimensão G : Transparência na área do Urbanismo	42,86	52,23	52,23	50,63	50,75	
Meta 11.4 (0-100)	40,86	48,84	48,84	17,28	13,21	
11.4.1 Despesa em património cultural e proteção da biodiversidade e paisagem per capita	34,63	39,19	39,19	21,17	17,30	
Meta 11.6 (0-100)	0,00	0,00	0,00	70,14	70,99	
11.6.1 Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/dia/hab)	2,38	2,29	2,29	1,30	1,32	
ODS 12 (0-100)	47,80	63,57	63,57	78,45	66,62	
Meta 12.4 (0-100)	/	81,88	81,88	70,46	64,02	

		Lagos	Algarve	Algarve	Portugal	Média Densidade	
12.4.2	Proporção de resíduos setoriais valorizados por tipo de resíduos (%)		Perigosos / Não perigosos /	57,82 87,19	57,82 87,19	45,13 80,57	44,56 92,03
Meta 12.5 (0-100)		47,80	45,27	45,27	86,43	69,22	
12.5.1(a)	Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro (%)	71,80	78,50	78,50	34,10	46,91	
12.5.1(b)	Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)	23,90	24,00	24,00	37,80	35,31	
12.5.2	Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/dia/hab)	2,38	2,29	2,29	1,30	1,32	
12.5.3	Resíduos urbanos recolhidos selectivamente por habitante (kg/ hab.)	224,00	235,00	235,00	79,00	75,70	
ODS 13 (0-100)		81,16	36,45	36,45	44,26	88,95	
Meta 13.1 (0-100)		100,00	12,50	12,50	10,39	100,00	
13.1.3	Participação do município na Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas	1	13%	13%	10%	19%	
Meta 13.3 (0-100)		100,00	62,50	62,50	73,70	100,00	
13.3.1	Participação no projeto ECOXXI e Eco-escolas	2,0	63%	63%	74%	19%	
Meta 13.a (0-100)		43,48	34,36	34,36	48,70	66,86	
13.a.1	Proporção da despesas dos municípios em ambiente (%)	8,50	7,80	7,80	8,90	0,84	
ODS 14 (0-100)		74,00	66,78	66,78	65,76	59,33	
Meta 14.1 (0-100)		75,00	53,33	53,33	50,29	52,02	
14.1.1	Proporção de águas subterrâneas com nutrientes dentro do Valor Máximo Recomendado por tipo de nutriente (%)		Azoto amoniacal / Fósforo /	0,00 100,00	0,00 27,60	2,33 46,37	0,10 1,77
14.1.2	Galardão atribuído para a qualidade das praias e das águas balneares	1	93%	93%	76%	84%	
Meta 14.5 (0-100)		47,00	47,00	47,00	47,00	47,00	
14.5.1	Proporção do mar territorial coberta por Áreas Marinhas Protegidas (%)	4,70	4,70	4,70	4,70	4,70	
Meta 14.b (0-100)		100,00	100,00	100,00	100,00	78,99	
14.b.1	Proporção de pescadores por conta própria no total de pescadores (%)	22,43	30,60	30,60	13,12	19,33	
ODS 15 (0-100)		56,32	61,81	61,81	78,43	55,81	
Meta 15.1 (0-100)		50,00	69,90	69,90	91,51	74,28	
15.1.1	Proporção da superfície florestal (%)	33,93	38,60	38,60	38,80	36,97	
15.1.2	Rácio entre as áreas que pertencem a Rede Natura 2000 e as áreas protegidas	0,00	0,26	0,26	0,43	0,87	
Meta 15.2 (0-100)		100,00	100,00	100,00	100,00	36,97	
15.2.1	Varição da área florestal 1995-2010 (%)	14,22	14,27	14,27	6,13	3,28	
Meta 15.3 (0-100)		18,96	15,53	15,53	43,78	56,18	
15.3.1	Nível de suscetibilidade dos solos à desertificação	Baixa	0,00	1,47	1,47	11,70	14,78
		Moderada	0,00	6,87	6,87	35,46	44,84
		Elevada	63,22	30,82	30,82	24,19	33,36
		Muito Elevada	35,37	58,98	58,98	27,82	4,81
ODS 16 (0-100)		64,48	63,31	63,31	67,90	68,54	
Meta 16.1 (0-100)		76,90	53,66	53,66	78,83	73,75	
16.1.1	Proporção de homicídios (por 100 000)	0,00	2,04	2,04	1,00	0,58	
16.1.3	Proporção de crimes relacionados com a violência física, psicológica ou sexual por ciclo de vida (‰)	Total	5,53	6,69	6,69	5,11	5,07
		sobre adultos	6,25	7,63	7,63	5,74	5,75
		sobre crianças	1,51	1,41	1,41	1,30	1,09
Meta 16.3 (0-100)		56,06	41,04	41,04	33,55	43,39	
16.3.1	Duração média dos processos findos (Meses) nos tribunais judiciais de 1ª instância por Tipo de processo**	Cíveis	28	28	28	37	28
		Penais	7	13	13	11	8
16.3.2	Proporção de reclusas/os preventivas/os existentes em 31 de dezembro nos estabelecimentos prisionais comuns (%)	15,40	15,40	15,40	15,40	15,40	
Meta 16.6 (0-100)		30,63	56,50	56,50	52,43	52,28	
16.6.1	Índice de Transparência Municipal	30,63	56,50	56,50	52,43	52,28	
Meta 16.7 (0-100)		58,78	65,33	65,33	74,67	73,28	
16.7.1	Distribuição dos cargos públicos dos municípios, por género	H	45,88	42,41	42,41	49,12	48,92
		M	54,12	57,59	57,59	50,88	51,08
16.7.2	Taxa de abstenção nas eleições para as Autarquias Locais (%)	55,10	52,60	52,60	45,00	43,85	
16.7.3	Taxa de votos brancos e nulos (%)	5,75	4,69	4,69	4,55	4,60	
Meta 16.9 (0-100)		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
16.9.1	Proporção de crianças com menos de 5 anos com registo de nascimento numa autoridade de registo civil (%)	100	100	100	100	100	
ODS 17 (0-100)		79,13	47,67	47,67	37,33	31,26	
Meta 17.1 (0-100)		93,83	89,99	89,99	50,00	34,17	
17.1.1	Proporção dos impostos no total de receitas das câmaras municipais (%)	54,70	53,40	53,40	42,10	35,56	

		Lagos	Algarve	Algarve	Portugal	Média Densidade
17.1.2	Proporção das despesas efetivas dos municípios financiadas pelas receitas municipais de impostos totais (%)	70,58	57,81	57,81	41,78	35,84
Meta 17.8 (0-100)		43,55	46,77	46,77	54,84	50,30
	Total	4,70	4,50	4,50	4,00	4,29
17.8.1	Média de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior por computador com ligação à Internet e Nível de ensino (Nº)					
	1º Ciclo	8,30	6,30	6,30	6,60	6,71
	2º Ciclo	5,70	4,00	4,00	3,60	4,40
	3º Ciclo	4,40	3,90	3,90	3,50	3,94
	Secundário	3,20	3,90	3,90	3,20	3,68
Meta 17.16 (0-100)		100,00	6,25	6,25	7,14	9,30
17.16.1	Participação no projeto "territórios sustentáveis"	1	6%	6%	7%	9%

* Os valores ao nível das NUTS II e NUTS III podem estar em falta devido à alteração das mesmas em 2013

** Devido a alterações no mapa judicial entre 2013 e 2016, não existem dados para alguns municípios

ODS	Indicadores	Pior valor	Limite inferior Vermelho (0)	Amarelo/ Laranja (50)	Limite superior Verde (100)	Melhor valor	Fonte limites
1	1.2.1 Proporção de beneficiários do RSI na população residente em idade ativa (‰)	238,7	Valor de 2015*	3/4 do valor de 2015*	Metade do valor de 2015*	3,0	ONU
	1.4.1(a) Proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos (‰)	30,0	50,0	25,25	0,5	0,0	CESOP
	1.4.1(b) Proporção de população residente em alojamentos familiares com banheira/chuveiro e retrete em sua casa (%)	92,1	95,0	97,25	99,5	99,8	CESOP
	1.4.2 Proporção de mulheres no total de dirigentes na agricultura por tipo de situação na profissão (%)		0,0	25,0	50,0		
	Proporção de mulheres no total de empregadores na agricultura (%)	0,0	0,0	25,0	50,0	80,0	ONU
	Proporção de mulheres no total de trabalhadores por conta própria na agricultura (%)	0,0	0,0	25,0	50,0	66,7	
	1.a.1 Despesas correntes para famílias e IPSSs no total da despesa (%)	22,8	0,0	4,9	9,8	0,0	CESOP
	1.a.2 Despesas correntes para famílias e IPSSs per capita (€)	0,0	2,3	46,7	91,1	421,3	CESOP
2	2.1.1 Prevalência da obesidade na população residente com 18 e mais anos de idade, por Sexo (%)	22,1	25,0	17,5	10,0	14,7	SDG Index
	2.4.1 Proporção de produtores e preparadores agrícolas biológicos (%)	0,0	0,0	25,0	50,0	61,0	CESOP
3	3.1.1 Óbitos por causa de complicações da gravidez, parto e puerpério (Nº)	2,0	140 por 100000	105 por 100 000	70 por 100000	0,0	ONU
	3.1.2 Proporção de nascimentos de nados-vivos assistidos por pessoal de saúde qualificado (%)	92,3	-	-	100	100	ONU
	3.2.1 Óbitos de crianças 0 - 4 anos por 1 000 nados-vivos (‰)	81,1	50,0	37,5	25,0	0,0	ONU/SDG Index
	3.2.2 Taxa de mortalidade neonatal (‰)	54,1	18,0	15,0	12,0	0,0	ONU/SDG Index
	3.3.1 Número de novos casos de infeção por VIH por 1 000 habitantes	0,4	0,38	0,15	0,06	0,0	UNAIDS
	3.4.1 Taxa de mortalidade (30 a 70 anos) atribuída a doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crónicas respiratórias por 100 000 habitantes	614,7	900	600	400	0,0	OMS
	3.4.2 Taxa de mortalidade por lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídio) por 100 000 habitantes por Sexo	103,6	15	10	5	0,0	OMS
	3.5.1 Taxas de utentes registados com problemas relacionados com consumo de droga no grupo etário 15-64 anos (‰)	16,5	10	5	1	0,0	CESOP
	3.5.2 Taxas de utentes registados com problemas relacionados com consumo de álcool no grupo etário 15-64 anos (‰)	6,3	10	5	1	0,0	CESOP
	3.6.1 Taxa de mortalidade por acidentes de transporte por 100 000 habitantes	73,1	16,8	12,6	8,4	0,0	SDG Index
	3.7.2 Taxa de fecundidade na adolescência (‰)	85,1	50,0	37,5	25,0	0,0	SDG Index
	3.9.1 Taxa de mortalidade atribuída a poluição ambiente e doméstica do ar por 100 000 habitantes	17,0	75,0	50,0	25,0	17,0	SDG Index
	3.9.3 Envenenamento (intoxicação) accidental por drogas, medicamentos e substâncias biológicas (Nº)	6	-	-	0	0	OCDE
	3.c.1 Principais profissionais de saúde por especialidade (‰)						
Proporção de Médicas/os (‰)	0,0	0,5	5,0	10,0	31,6		
Proporção de Farmacêuticas/os (‰)	0,0	0,1	0,4	0,8	4,0	OMS	
Proporção de Enfermeiras/os (‰)	0,0	0,5	5,0	10,0	27,0		
Proporção de Dentistas (‰)	0,0	0,0	0,3	0,7	2,9		
4.1.1 Proporção de alunas/os que obtiveram uma nota negativa na 1ª fase das provas finais do 3º Ciclo por Sexo e Prova	79,7	50,0	30,0	10,0	13,3	CESOP	

* Valores específicos a cada município

ODS	Indicadores	Pior valor	Limite inferior Vermelho (0)	Amarelo/ Laranja (50)	Limite superior Verde (100)	Melhor valor	Fonte limites	
4	4.1.2 Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário por Tipo de curso (%)	63,8	76,7	82,6	88,4	98,0	CESOP	
	4.1.3 Taxa de retenção/ desistência no ensino básico por Nível de ensino (%)	24,1	11,2	7,4	3,55	1,0	CESOP	
	4.2.2 Taxa de pré-escolarização por Sexo (%)	55,0	50	72,5	95,0	157,0	CESOP	
	4.3.1 Proporção de população com 15-69 anos de idade a frequentar o ensino secundário e superior (%)	6,6	7,38	11,3	15,2	17,2	CESOP	
	4.6.1 Taxa de analfabetismo por Sexo (%)	20,6	10,8	5,40	0,0	2,2	CESOP	
	4.c.1 Proporção de professores que receberam a formação básica de professores (%)	100			100	100	ONU	
5	5.2.1 Proporção estimada de lesadas/ofendidas em crimes registados como Violência doméstica pelo cônjuge ou análogo (‰)	13,6	14,8	7,4	0,0	0,0	CESOP	
	5.2.2 Proporção de lesados/ofendidos em crimes registados como Violação por 100 000 habitantes com 15 anos e mais de idade	28,3	9,6	4,8	0,0	0,0	CESOP	
	5.3.1 Proporção das jovens entre 16 e 19 anos de idade que casaram (‰)	35,4	15,9	7,9	0,0	0,0	CESOP	
	5.5.2(a) Proporção de mulheres em cargos de chefia (%)	0,0	0,0	metade da % de mulheres*	% mulheres na pop empregada*	50,0	ONU	
	5.5.2(b) Proporção de mulheres nos empregadores (%)	11,2	0,0	metade da % de mulheres*	% mulheres na pop empregada*	52,6	ONU	
	5.a.1	Proporção de mulheres no total de dirigentes na agricultura por tipo de situação na profissão (%)		0,0	25,0	50,0		
		Proporção de mulheres no total de empregadores na agricultura (%)	0,0	0,0	25,0	50,0	80,0	ONU
		Proporção de mulheres no total de trabalhadores por conta própria na agricultura (%)	0,0	0,0	25,0	50,0	66,7	
5.a.2	Direitos iguais à propriedade e controlo da terra	100,0			100	100	ONU	
6	6.1.1 Proporção de população residente em alojamentos familiares com água canalizada (%)	95,4	50,0	74,5	99,0	100,0	CESOP	
	6.2.1 Proporção de população residente em alojamentos familiares com banheira/chuveiro e retrete em sua casa (%)	92,1	75,0	85,0	95,0	99,8	SDG Index	
	6.3.1 Proporção das águas residuais tratadas (%)	0,0	61,8	80,9	100,0	1132,7	CESOP	
	6.3.2	Proporção de massas de água com boa qualidade ambiental (%)	0,0	0,0	50,0	100,0	100,0	CESOP
	6.4.1	Água distribuída por habitante (m3/hab.)	437,2	107,1	71,8	36,5	13,4	CESOP
7	7.1.1	Percentagem da população com acesso à eletricidade (%)	100,0		100,0	100,0	100,0	ONU
	7.1.2	Percentagem da população com acesso primário a combustíveis e tecnologias limpas (%)	95,0	50,0	67,5	85,0	95,0	SDG Index
	7.2.1	Percentagem de energia renovável no consumo de energia final bruto (%)	28,5	10,0	15,0	20,0	28,5	SDG Index
	7.3.1	Signatário do Pacto de Autarca para o Clima e Energia	0,0	0,0	0,5	1,0	1,5	CESOP
	7.3.2	Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.)	4098,8	4040,0	2490,0	940,0	804,0	CESOP
8	8.1.1	Taxa de variação anual do PIB per capita	1,0	-2	-1	0	5,4	SDG Index
	8.1.2	Poder de compra per capita	55,8	72,9	100	127,1	214,5	CESOP
	8.3.1	Proporção de trabalhadores familiares não remunerados nos setores secundário e terciário por Sexo (‰)	47,2	10,7	5,6	0,5	0,0	CESOP
	8.5.1(a)	Ganho médio mensal (€)	702,2	505,0	922,0	1338,9	1831,1	CESOP

* Valores específicos a cada município

ODS	Indicadores	Pior valor	Limite inferior Vermelho (0)	Amarelo/ Laranja (50)	Limite superior Verde (100)	Melhor valor	Fonte limites
8	8.5.1(b) Disparidade no ganho médio mensal entre sexos da população empregada por conta de outrem (%)	43,5	15,0	11,3	7,5	0,1	SDG Index
	8.5.2 Taxa de desemprego estimada (%)	29,4	10,0	7,5	5,0	5,5	SDG Index
	8.6.1 Proporção de jovens (15-24 anos) registados como desempregados (%)	15,7	11,6	7,2	2,9	2,3	CESOP
	8.8.1 Proporção de acidentes de trabalho declarado por pessoal ao serviço, por tipo de acidente (%)	19,8	9,2	5,8	2,5	0,0	CESOP
	8.9.1 Proporção do VAB do setor do turismo no VAB total (%)	0,7	2,8	4,2	5,6	67,5	CESOP
	8.9.2 Proporção de empreendimentos turísticos com certificação ambiental (%)	0,0	0,0	25,0	50,0	50,0	CESOP
	8.9.3 Número de alojamentos turísticos com o Galardão "Chave Verde"	0	-	-	1	15	CESOP
	8.10.1(a) Estabelecimento de banco e caixas económicas por 10 000 habitantes	1,2	1,1	3,5	5,8	43,5	CESOP
8.10.1(b) Caixas multibanco por 10 000 habitantes	4,1	4,4	11,9	19,4	43,5	CESOP	
9	9.2.1 Valor acrescentado bruto da indústria transformadora por pessoal ao serviço (€)	1024,7	5266,4	29359,1	53451,8	191536,6	CESOP
	9.2.2 Pessoal ao serviço na indústria transformadora em percentagem do total (%)	1,9	0,0	8,6	17,2	67,3	OCDE
	9.4.1 Emissão de CO2 por unidade de VAB das empresas do município (Kg CO2/€)	33,3	1,8	1,1	0,3	0,1	CESOP
	9.4.2 Emissão de CO2 por município (t/km^2)	62186,5	4486,3	2386,4	286,5	13,6	CESOP
10	10.2.1 Proporção de beneficiários do RSI na população residente em idade ativa (‰)	238,7	Valor de 2015*	3/4 do valor de 2015*	Metade do valor de 2015*	3,0	ONU
	10.7.2 Existência de Planos municipais e estruturas para a integração de imigrantes e de práticas inspiradoras de integração de imigrantes	0	0	-	1	1	CESOP
11	11.1.1(a) Proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos (‰)	30,0	50,0	25,3	0,5	0,0	CESOP
	11.1.1(b) Proporção da população residente em alojamentos familiares com banheira/chuveiro e retrete em sua casa (%)	92,1	95,0	97,3	99,5	99,8	CESOP
	11.1.2 Peso da renda mediana no salário médio	59,5	40,0	30,0	20,0	17,7	CESOP
	11.3.1 Rácio entre a Taxa de crescimento populacional e Taxa de crescimento urbano	-51,2	-23,2	-11,6	0,0	33,4	CESOP
	11.3.2 ITM – Dimensão G : Transparência na área do Urbanismo	0,0	0	50	100	100,0	Transparência e Integridade
	11.4.1 Despesa em património cultural e proteção da biodiversidade e paisagem per capita	0,9	11,3	39,9	68,4	251,4	CESOP
11.6.1 Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/dia/hab)	3,7	2,0	1,5	1,0	0,7	SDG Index	
12	12.4.1 Proporção de resíduos setoriais valorizados por tipo de resíduos (%)		10,0	52,5	85,0		
	Proporção dos resíduos perigosos valorizados (%)	0,0	10,0	52,5	85,0	100,0	CESOP
	Proporção dos resíduos não perigosos valorizados (%)	0,0	10,0	52,5	85,0	100,0	
	12.5.1(a) Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro (%)	98,1	100,0	67,5	35,0	0,0	PERSU 2020
	12.5.1(b) Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)	2,6	0,0	25,0	50,0	85,1	PERSU 2020
	12.5.2 Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/dia/hab)	3,7	2,0	1,5	1,0	0,7	SDG Index
12.5.3 Resíduos urbanos recolhidos selectivamente por habitante (kg/ hab.)	8,0	0,0	23,5	47,0	422,0	PERSU 2020	
13.1.3 Participação do município na Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas	0	-	-	1,0	1,0	CESOP	

* Valores específicos a cada município

ODS	Indicadores	Pior valor	Limite inferior Vermelho (0)	Amarelo/ Laranja (50)	Limite superior Verde (100)	Melhor valor	Fonte limites
13	13.3.1 Participação no projeto ECOXXI e Eco-escolas	0	0	1	2	2	CESOP
	13.a.1 Proporção da despesas dos municípios em ambiente (%)	0,3	5,2	9,0	12,8	30,1	CESOP
14	14.1.1 Proporção de águas subterrâneas com nutrientes dentro do Valor Máximo Recomendado por tipo de nutriente (%)						
	Proporção de águas subterrâneas com Azoto amoniacal dentro do VMR (%)	0,0	0,0	2,0	4,0	2,0	CESOP
	Proporção de águas subterrâneas com Fósforo dentro do VMR(%)	0,0	0,0	2,0	4,0	4,0	
	14.1.2 Galardão atribuído para a qualidade das praias e das águas balneares	0	0	-	1	1	CESOP
	14.5.1 Proporção do mar territorial coberta por Áreas Marinhas Protegidas (%)	4,7	0,0	5,0	10,0	4,7	ONU
14.b.1	Proporção de pescadores por conta própria no total de pescadores (%)	0,0	0,0	metade da % de trabalhadores por conta própria*	% total de trabalhadores por conta própria*	83,3	CESOP
15	15.1.1 Proporção da superfície florestal (%)	2,7	0	8,5	17,0	86,4	OCDE
	15.1.2 Rácio entre as áreas que pertencem a Rede Natura 2000 e as áreas protegidas	0,0	0,1	0,3	0,5	1062,0	SDG Index
	15.2.1 Variação da área florestal (%)	-25,6	-20	-10,0	0,0	159,2	CESOP
	15.3.1 Nível de suscetibilidade dos solos à desertificação	0,0	0	50,0	100,0	100,0	ICNF
16	16.1.1 Proporção de homicídios (por 100 000)	17,3	3	2,3	1,5	0,0	SDG Index
	16.1.3 Proporção de crimes relacionados com a violência física, psicológica ou sexual por ciclo de vida (%)	15,5	11,4	6,0	0,5	1,2	CESOP
	16.3.1 Duração média dos processos findos (Meses) nos tribunais judiciais de 1ª instância por Tipo de processo						
	Duração média dos processos Cíveis (Meses) nos tribunais judiciais de 1ª instância	51	46	37	28	16	CESOP
	Duração média dos processos Penais (Meses) nos tribunais judiciais de 1ª instância	20	16	11	6	1	
	16.3.2 Proporção de reclusas/os preventivas/os existentes em 31 de dezembro nos estabelecimentos prisionais comuns (%)	15,4	16,2	13,9	11,5	15,4	OCDE
	16.6.1 Índice de Transparência Municipal	16,2	0,0	50,0	100,0	100,0	Transparência e Integridade
	16.7.1 Distribuição dos cargos públicos dos municípios, por género	0,0	0,0	metade da % de mulheres na pop*	% de mulheres na pop*	79,8	CESOP
	16.7.2(a) Taxa de abstenção nas eleições para as Autarquias Locais (%)	60,7	57,6	45,0	32,4	19,1	CESOP
16.7.2(b) Taxa de votos brancos e nulos (%)	10,6	13,0	7,5	2,1	1,8	CESOP	
16.9.1	Proporção de crianças com menos de 5 anos com registo de nascimento numa autoridade de registo civil (%)	100			100	100	ONU
17	17.1.1 Proporção dos impostos no total de receitas das câmaras municipais (%)	2,1	25,4	42,1	58,8	74,7	CESOP
	17.1.2 Proporção das despesas efetivas dos municípios financiadas pelas receitas municipais de impostos totais (%)	1,1	24,4	41,8	59,1	85,4	CESOP
	17.8.1 Média de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior por computador com ligação à Internet e Nível de ensino (Nº)	11,1	7,4	4,3	1,2	1,0	CESOP
	17.16.1 Participação no projeto "territórios sustentáveis"	0	-	-	1	1	CESOP

* Valores específicos a cada município